

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) DAVID TEIXEIRA ANTUNES

A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO:
uma perspectiva segundo a teoria de David Galula.

Rio de Janeiro

2021

CC (FN) DAVID TEIXEIRA ANTUNES

A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO:
uma perspectiva segundo a teoria de David Galula.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF LAUDIAUZER

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Bom Deus pela dádiva da vida, pela graça, pela saúde e pela fé que sempre me acompanharam ao longo da minha caminhada, proporcionando a renovação de minhas forças diante dos desafios enfrentados.

À minha querida família, a minha eterna gratidão pelo apoio diuturno, sempre me fortalecendo com seu amor e carinho nos momentos de lutas e dificuldades.

Ao CF Ohara Barbosa Nagashima, meu reconhecimento pela dedicação e empenho em transmitir seus conhecimentos aos alunos da Turma C-EMOS 2021, que foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Ao CF Sandro Soares Laudiauzer, meu muito obrigado pelo incansável apoio e esmero nas pertinentes orientações que sempre me direcionaram para um rumo seguro e sensato, além de sua irrestrita disponibilidade ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos alunos da Turma C-EMOS 2021, agradeço pela alegria que me proporcionaram ao longo do ano acadêmico e pelo orgulho de pertencer a este seletto grupo.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é verificar qual seria o grau de aderência da consagrada teoria do Coronel Francês David Galula, sobre a insurgência e a contrainsurgência, em relação à Operação São Francisco, que se constituiu no emprego das Forças Armadas em uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem, ocorrida no Complexo da Maré, nos idos de 2014 e 2015. A relevância deste estudo permite avaliar um conteúdo que direciona para abordagens promissoras das ações realizadas e analisadas na investigação, favorecendo ao desenvolvimento de uma doutrina referente a tais operações e perpassando por uma avaliação sobre a questão da participação política. Para alcançar este propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com base no exame e na descrição da obra "*Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*" (1964), de Galula, juntamente com o estudo de caso da referida operação por meio de artigos elaborados por militares participantes da missão no Complexo da Maré e outros autores externo ao meio militar que também apresentaram suas perspectivas, inclusive, com a disponibilidade de dados quantitativos que enriqueceram as argumentações fornecidas. A investigação, após a conjugação da teoria com os dados e evidências, concluiu que foram observadas em grande medida as ideias difundidas por Galula na Operação São Francisco, principalmente aquelas ligadas ao trato com a população e o incremento das atividades de inteligência, bem como outras afetas à área social e de melhoria da comunidade, mostrando uma significativa similaridade no nível tático e operacional, porém com distinções bem marcadas ao direcionarmos para o nível estratégico e político, os quais tiveram atuações modestas no episódio do emprego militar no Complexo da Maré.

Palavras-chave: David Galula. Insurgência. Contrainsurgência. Operação São Francisco. Operação de Garantia da Lei e da Ordem.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Quantidade de Operações de Garantia da Lei da Ordem autorizadas por ano (1992-2017).....	57
Figura 1 - As Comunidades do Complexo da Maré.....	58
Figura 2 - Divisão Geográfica das Facções Criminosas no Complexo da Maré.....	59
Figura 3 - Esboço geral da rede internacional de drogas.....	65
Figura 4 - Organização Geral da Força de Pacificação e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - Maré.....	70
Figura 5 - Áreas de Responsabilidade Tática das Forças-Tarefa e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Complexo da Maré.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Opinião sobre o uso de técnicas e táticas de forças irregulares contra os militares.....	63
Tabela 2 - Opinião sobre a preparação da tropa para enfrentar as técnicas e táticas de forças irregulares contra os militares.....	64
Tabela 3 - População com idade entre 18 e 69 anos e números de entrevistados por área de coleta e comunidade de residência, segundo o sexo.....	66
Tabela 4 - População entrevistada que já foi a alguma delegacia para registrar algum delito a qual tenha sido vítima no Complexo da Maré.....	66
Tabela 5 - População entrevistada em relação à frequência da sensação de insegurança antes da Força de Pacificação.....	67
Tabela 6 - População entrevistada em relação à sensação de segurança, com a entrada da Força de Pacificação no Complexo da Maré.....	67
Tabela 7 - População entrevistada que, nos últimos três anos antes da pacificação, tenha sido vítima de algum tipo de violação de direito por parte da polícia dentro do Complexo da Maré.....	67
Tabela 8 - População entrevistada que, durante a pacificação, tenha sido vítima de algum tipo de violação de direito por parte dos militares, dentro do Complexo da Maré.....	67
Tabela 9 - População entrevistada que já passou por uma das experiências descritas envolvendo militares da Força de Pacificação no Complexo da Maré.....	68
Tabela 10 - População entrevistada sobre a avaliação da atuação dos militares da Força de Pacificação no Complexo da Maré.....	68
Tabela 11 - População entrevistada sobre a importância e necessidade de continuação da atuação dos militares da Força de Pacificação no Complexo da Maré.....	68
Tabela 12 - População entrevistada sobre a utilização de todos os meios para enfrentar o tráfico de drogas por parte dos militares da Força de Pacificação no Complexo da Maré, mesmo que os moradores estejam sujeitos a riscos.....	69
Quadro 1 - Comparativo entre a Operação São Francisco (2014-2015) e a Teoria de David Galula (1964).....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA -	Amigo dos Amigos
APOP -	Agente(s) de Perturbação da Ordem Pública
CV -	Comando Vermelho
FPac -	Força de Pacificação
FT -	Força-Tarefa
GLO -	Garantia da Lei e a Ordem
GptOpFuzNav -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
ISP -	Instituto de Segurança Pública
LC -	Lei Complementar
OSCIP -	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSP -	Órgãos de Segurança Pública
PMERJ -	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
RJ -	Rio de Janeiro
TCP -	Terceiro Comando Puro
UPP -	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A INSURGÊNCIA E O SEU COMBATE NA TEORIA DE DAVID GALULA.....	11
2.1	Conceitos Básicos de uma Insurgência.....	11
2.1.1	O Insurgente.....	12
2.1.2	A População.....	14
2.1.3	O Fator Tempo.....	15
2.1.4	A Atividade de Inteligência.....	16
2.1.5	O Terreno.....	17
2.1.6	O Apoio Externo.....	18
2.2	As Operações Militares.....	19
2.3	A importância política nas Operações Militares.....	21
2.4	Conclusões Parciais.....	22
3	A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO.....	24
3.1	A conjuntura do Rio de Janeiro.....	24
3.2	O Oponente enfrentado.....	27
3.2.1	O Apoio Externo aos APOP.....	28
3.3	Os moradores do Complexo da Maré.....	29
3.4	O Ambiente Operacional do Complexo da Maré.....	31
3.5	A Força Militar.....	33
3.5.1	As Ações Militares.....;	34
3.6	A participação de outras expressões do Estado na Operação.....	36
3.7	Conclusões Parciais.....	37
4	CONFRONTO DA TEORIA DE DAVID GALULA COM A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO.....	39
4.1	O nascimento e desenvolvimento da crise.....	39
4.2	Os Oponentes.....	41
4.3	O Apoio da população.....	43
4.4	O Combate.....	44

4.5	O emprego das Forças Militares.....	45
4.6	A interação do nível político.....	46
4.7	Conclusões parciais.....	47
5	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53
	ANEXOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

As mudanças que os conflitos sofreram, ao longo do tempo, mostram uma realidade cada vez mais complexa e com a participação de grupos de diferentes envergaduras que enfrentam o poder do Estado apesar da notória assimetria. Nestes combates modernos, o planejamento e o emprego de recursos militares na Guerra Irregular expressam uma solução oferecida pelo Governo na busca de responder de forma eficaz às ameaças perpetradas por estes grupos opositores, os quais utilizam táticas e técnicas fora do convencional.

Neste contexto, nos últimos anos, a prática de operações militares no combate irregular, em uma vertente não convencional, no território brasileiro, tem se tornado comum para lidar com as crescentes demandas desta natureza¹, sendo estas denominadas de Operações da Garantia da Lei e da Ordem e que, normalmente, envolvem a Segurança pública, exigindo uma doutrina consolidada com base em conhecimentos confiáveis e pertinentes para suportar o dinamismo deste cenário.

Temos, assim, a seguinte questão a ser investigada neste trabalho: qual o grau de aderência do emprego das Forças Armadas brasileiras no Complexo da Maré, nos anos de 2014 e 2015, caracterizada como uma operação típica de Garantia da Lei e da Ordem, em comparação com os parâmetros definidos pelo Coronel David Galula (1919-1967) em seu modelo sobre Insurgência e Contrainsurgência?

Para esta análise, utilizaremos como nosso objeto de estudo a própria Operação São Francisco, realizada nos anos de 2014 e 2015, no Complexo da Maré, a qual foi liderada e executada por tropas militares em conjunto com outros Órgãos governamentais, analisando suas características dentro do tema alusivo ao combate irregular contra grupos criminosos do Rio de Janeiro, além de outras atividades para supressão do problema exposto, incluindo a participação política. Devido à natureza restrita de certos aspectos que devem permanecer no

¹ Ver Anexo A - Quantidade de Operações de Garantia da Lei e da Ordem autorizadas por ano (1992-2017).

controle exclusivo do meio militar, alguns assuntos não serão abordados neste trabalho, como as regras de engajamento e a descrição detalhada das manobras militares executadas.

Desta forma, por meio do estudo de caso da referida operação, nossa pesquisa avaliará aspectos qualitativos de artigos escritos por alguns militares participantes da Operação e outros conteúdos de revistas dedicadas a este assunto, bem como certos aspectos quantitativos fornecidos por material constante em entrevistas realizadas com a população local e com alguns militares, buscando estabelecer uma comparação suficiente com a obra "*Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*" (1964), de David Galula, para verificação da aplicação deste material de forma total ou parcial em futuros intentos similares.

Este trabalho foi dividido em cinco partes, sendo a primeira parte, esta introdução que apresenta a definição do problema a ser estudado. Na segunda parte, serão descritos os conceitos teóricos inerentes à teoria de David Galula referente à insurgência com destaque para os aspectos que tratem das atividades de contrainsurgência. Na terceira parte, será apresentada a Operação São Francisco, observando certos pontos de maior relevância para as atividades da força militar e que facilitem a comparação com os itens selecionados da parte anterior, incluindo uma contextualização que antecede brevemente a moldura temporal de 2014 e 2015. Na quarta parte, será realizado o confronto da teoria considerada na segunda parte com a Operação São Francisco dentro dos tópicos comuns entre ambas. Na quinta parte, serão expostas as conclusões do trabalho e a resposta à proposição inicial do estudo, com base no raciocínio resultante do método utilizado, apontando as indicações para linhas de pesquisas futuras.

Com isso, iniciaremos esta investigação com a descrição do arcabouço teórico entendido como confiável e pertinente ao desenvolvimento da comparação visualizada, por meio da abordagem do conteúdo do livro de David Galula.

2 A INSURGÊNCIA E O SEU COMBATE NA TEORIA DE DAVID GALULA

Neste capítulo será apresentada a teoria de David Galula (1919-1967) relativa à insurgência, abordando os aspectos ligados às operações desencadeadas no combate a tal situação e priorizando as ações no campo militar, as quais necessariamente estarão ligadas ao aspecto político, dentro de um cenário evolutivo, que normalmente chega à guerra irregular², onde a articulação da população em apoio ao governo estabelecido ou para o lado do insurgente corresponde ao fator decisivo.

Para entendermos a essência da Insurgência e das Operações de Contrainsurgência³ partiremos dos pressupostos básicos que irão permitir um melhor entendimento dos temas mais avançados que tratam da aplicação dos recursos disponíveis por um Estado, em determinadas etapas, com foco na expressão militar do Poder Nacional.

2.1 Conceitos Básicos de uma Insurgência

Inicialmente, a definição de insurgência tem por base a ideia da "busca política de um partido, dentro de um Estado, por todos os meios" (GALULA, 1964, p. 01, tradução nossa)⁴, o que pode remeter a célebre frase de Carl Von Clausewitz (1780-1831) ao definir a guerra como a continuação da política por outros meios (CLAUSEWITIZ, 2010). Este conceito de Galula demonstra o irremediável caráter político da insurgência, em sua essência, a qual possui longos desdobramentos em virtude da insuficiência inicial de força para um enfrentamento direto, tendo uma escalada que vai desde a oposição consentida até o somatório de diversas ações clandestinas com o uso de violência. Podendo até, em um futuro,

² "É a forma, método ou processo de realizar ações ou operações militares, por forças irregulares, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, compreendendo ações interligadas de guerra de guerrilha [...]" (BRASIL, 2020a, p. 2-1).

³ Os termos contrainsurgência e contrainsurgente referem-se aqueles que fazem oposição direta a uma Insurgência ou aos insurgentes buscando neutralizá-la (GALULA, 1964).

⁴ No original: "*Insurgency is the pursuit of the policy of a party, inside a country, by every means*".

constituir-se em um exército regular, tendo a todo o momento, o objetivo de carrear esforços para derrubar o Governo vigente.

A razão que fornece o motivo para a concepção de um movimento de insurgência se apoia sobre uma causa que gera a força motriz de todo o processo e, geralmente, busca expressar os anseios da população ao mesmo tempo em que revela os problemas existentes naquele Estado e sua impotência de solucioná-los, impondo-lhe a necessidade de suprimir essa situação a fim de preservar o poder diante de um embate dirigido por estes temas. Assim, uma causa que englobe estes conteúdos produzirá uma atratividade que estabelecerá o *link*⁵ do insurgente com a população e refletirá um escopo que gera uma motivação para a entrada de simpatizantes no corpo da insurgência, buscando cada vez mais estreitar os laços de comprometimento entre o cidadão, agora novo membro do movimento de insurgência, e a causa defendida (GALULA, 1964).

Apresentaremos a seguir outras ideias e conceitos importantes que integram a teoria da insurgência e das operações que visam a sua eliminação, conforme exposto por Galula, como: o insurgente, a população, o fator tempo, o terreno, a inteligência e o apoio externo.

2.1.1 O Insurgente

O insurgente, agora percebido como oponente, é formado por um grupo de nacionais dirigido por uma liderança, normalmente, formada por intelectuais não pertencentes à elite dominante e inserem-se em uma disputa pelo poder com determinado Governo, explorando as fragilidades e necessidades existentes no seio da população, principalmente, naqueles aspectos que o Estado se mantém ausente. No início da insurgência, temos uma percepção de ameaça muito pequena, em virtude da estrutura inicial mais voltada para o

⁵ O termo "*link*" apresenta a ideia de um caminho que permita a conexão ou ligação entre duas partes (*LINK*. In: DICIO, 2021).

campo das ideias e das críticas, onde qualquer ação precipitada por parte do Governo pode favorecer aos insurgentes, demonstrando uma falta de tolerância⁶ política (GALULA, 1964).

Devido à sua natureza política, os insurgentes procuram, inicialmente, se organizar em partidos. Em que pese este partido não possuir, por vezes, um poder militar, dentro da comparação dos poderes combatentes⁷, ao longo do tempo poderá evoluir de tal forma que ele o tenha (GALULA, 1964).

Este partido poderá contar com um pequeno arsenal que vai crescendo gradualmente, proporcionando uma grande fluidez no campo de batalha, com atividades de caráter clandestino e com duplo movimento: defensivo, ao buscar evitar o enfrentamento direto com as forças regulares; e ofensivo, com ataques surpresas, do tipo emboscada (GALULA, 1964).

Tais ações evoluem para uma guerra irregular, conduzida por táticas que, normalmente, englobam guerrilhas⁸ e terrorismo⁹, aplicadas sob a forma de ações pontuais e de pequena intensidade (GALULA, 1964).

Para ter o amparo da população, o insurgente é livre para usar, de forma oportunista, todos os métodos, como: mentir, trapacear, exagerar, ameaçar e outros, sendo percebido por suas propagandas ou promessas e não pelo cumprimento destas. Por exemplo, a utilização de propagandas para exagerar um problema de menor envergadura para transformá-lo em um problema de maior gravidade, poderá facilitar a recepção da causa oferecida à população (GALULA, 1964).

⁶ "Na linguagem comum e às vezes na filosófica, a tolerância também é entendida em sentido mais amplo, abrangendo qualquer forma de liberdade, seja ela moral, política ou social" (ABAGNANO, 2007, p. 962).

⁷ "Consiste no estudo comparativo da composição e das características orgânicas das forças em oposição, incluindo-se aqueles elementos de apoio que possam interferir nas ações" (BRASIL, 2020b, p. 53).

⁸ "Forma de guerra irregular que compreende as operações de combate executadas em território sob controle do inimigo, por forças predominantemente locais (entendido como guerrilheiro), de um modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência do governo estabelecido ou do poder de ocupação nos campos político, econômico, psicossocial e militar. O mesmo que guerra de guerrilha" (BRASIL, 2015, p.135).

⁹ "Forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos (entendido como terroristas), apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento" (BRASIL, 2015, p. 267).

Caso a insurgência não seja contida quando no estágio de guerra de guerrilha, provavelmente, ela evoluirá para um exército regular. Para o insurgente é crucial identificar o momento oportuno para esta mudança, devido ao risco de, ainda, não constituir um poder de combate¹⁰ suficiente para enfrentar o contrainsurgente. Essa evolução irá impor o aparelhamento dos insurgentes com itens críticos para o combate que demandarão bases para sua produção e abastecimento, podendo ser oriundos da captura de material das forças regulares ou pela aquisição de fontes externas (GALULA, 1964).

De acordo com Galula, o último passo do caminho percorrido pelo partido insurgente juntamente com seu exército regular estabelecido, seria a aniquilação do oponente ou a negociação de um processo de paz quando este oferecer uma vantagem significativa.

2.1.2 A População

O apoio da população definirá o lado vencedor dentro de uma insurgência, sendo a chave para o contrainsurgente chegar aos insurgentes. O estado final desejado para o contrainsurgente será atingido quando o governo consolidar sua presença na região em questão, sendo manifestado pela proteção e controle destes cidadãos. Lamentavelmente, a população não conseguirá manter-se fora do conflito, o que pode trazer um retorno infeliz e individualizado para aqueles que tentarem fugir dessa realidade (GALULA, 1964).

A conquista e manutenção da confiança da população deve ser um objetivo constante nas ações desenvolvidas pelas Forças Armadas e Policiais, estabelecendo firmemente sua presença e proporcionando uma percepção de segurança da área, a fim de predispor a população local a colaborar no intuito de expurgar os insurgentes da região. Estes esforços do Governo serão maiores na proporção do tamanho de sua população, devendo ser

¹⁰ "Capacidade global de uma organização para desenvolver o combate, a qual resulta da combinação de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações, considerando-se a tropa com seus meios, valor moral, nível de eficiência operacional atingido e o valor profissional do comandante" (BRASIL, 2015, p. 211).

bem avaliado o direcionamento das ações com base em sua distribuição ou densidade (GALULA, 1964).

As tarefas das Forças Armadas sobre uma determinada localidade devem contemplar, além das tradicionais ações cinéticas¹¹, as ações não cinéticas¹² visando suplantar o apoio necessário à população, principalmente, investindo em infraestrutura naquelas áreas onde o Estado deixou uma lacuna e que pode se configurar como uma via de acesso para atingir de forma positiva às necessidades da localidade em questão (GALULA, 1964).

O melhor caminho para introduzir a população na luta seria começar com solicitações de tarefas que trarão melhorias para a localidade, dimensionadas de acordo com a capacidade de cumpri-las. Para isso, faz-se necessário verificar "*in loco*"¹³ as demandas solicitadas pela população e tentar implementá-las. Dependendo da situação, as participações serão por meio de ordem à população a fim de evitar possíveis retaliações, em função do argumento de estar cumprindo ordens dos contrainsurgentes (GALULA, 1964).

2.1.3 O Fator Tempo

O fator tempo adquire grande importância dentro de uma insurgência, pois permitirá o ganho de conhecimento e o fortalecimento de suas estruturas, principalmente, aquelas ligadas ao poder de combate. Tal incremento é justificado por conta de um longo processo até o ponto em que seja vencida às vulnerabilidades iniciais dos insurgentes, sendo materializada pela intensificação das ações de guerrilhas (urbanas ou rurais) (GALULA, 1964).

¹¹ "São aquelas desencadeadas no interior da Área de Operações, que envolvem movimentos (fogos, voos, deslocamento de tropas e de blindados) e produzem resultados tangíveis (destruição, captura, conquista etc.)" (BRASIL, 2015, p.17).

¹² "São aquelas desencadeadas no interior da Área de Operações, que não envolvem movimentos (ações de guerra eletrônica, operações psicológicas, ações de assuntos civis, ações no ciberespaço) e produzem resultados intangíveis (interferências eletromagnéticas, bloqueio, percepção positiva da população sobre as forças amigas e suas operações), mas que contribuem para o sucesso da operação" (BRASIL, 2015, p.19).

¹³ "*In loco* é uma expressão originária do latim, que quer dizer 'no lugar', assim como 'no próprio lugar'" (*IN LOCO*. In: Dicio, 2021).

A aceleração do processo de enfraquecimento do Estado e de envolvimento da população na luta, mesmo que de forma passiva, poderá ser alcançado por meio de ações terroristas empregando como ferramenta o medo e a publicidade, utilizando limitados recursos humanos e materiais, favorecendo à instauração de um ambiente de anarquia. Quanto mais rápido as lideranças insurgentes conseguirem um maior número de adeptos para sua causa, mais rápido o movimento aumentará o grau de oposição e de violência, com a formação de uma massa de manobra para ser empregada em ações para a insurgência (GALULA, 1964).

Em contrapartida, o tempo poderá limitar o crescimento da insurgência, quando a mesma for identificada e a tolerância aos movimentos de oposição ao Governo for pequena. Tais ações mitigariam o desenvolvimento da insurgência para combater o contrainsurgente.

Temos, assim, que longo ou curto, o tempo é fundamental para ambos os lados, favorecendo um lado ao mesmo tempo em que desfavorece o outro, e vice-versa.

2.1.4 A Atividade de Inteligência

A inteligência constitui uma ferramenta valiosa e imprescindível nas ações contra os insurgentes que oferecem resultados eficazes e eficientes, cuja fonte de informação deve estar, prioritariamente, pautada na população. Entretanto, a obtenção de dados de inteligência oriundos da população se tornará um grande desafio na medida em que o sentimento de medo imperará diante das possíveis retaliações dos insurgentes (GALULA, 1964).

Neste ponto, torna-se vital destacar a habilidade das forças regulares no trato com a população buscando receber e obter informações ao mesmo tempo em que estejam prontos para realizar ações cinéticas. Certas atividades como o uso de infiltrados, principalmente no começo da insurgência, bem como a prisão e o interrogatório de suspeitos, podem representar um excelente caminho para conseguir informações sobre a insurgência. Além disso, cria um

ambiente de confusão entre os guerrilheiros devido à incerteza da cooperação ou não. Vale ressaltar que tais ações devem ter execuções priorizadas para as forças policiais, as quais devem conjugar esforços com o lado político e o lado militar, fortalecendo assim a atuação e a presença policial (GALULA, 1964).

Segundo Galula, as Operações de Informação¹⁴ devem ser orientadas de forma a que se observe dentro das forças militares uma mesma proporção entre operadores de inteligência e os elementos de combate¹⁵, sendo necessário criar sistemas que favoreçam uma via de comunicação oportuna da população com o contrainsurgente para obtenção dos dados de inteligência.

2.1.5 O Terreno

A forma como o terreno é usado poderá fornecer vantagem para os insurgentes que se valerão das técnicas de guerrilha para atacar e se evadir. Apoiados em sua grande mobilidade, não necessitam estabelecer uma base fixa, contrariando a lógica do combate convencional, onde a conquista e manutenção do terreno expressam uma vantagem decisiva para os militares, não permitindo, assim, o uso de suas capacidades plenas. O sucesso inicial da guerrilha, normalmente, estará associado ao terreno onde fornece as melhores condições para o desencadeamento das ações, tendo como objetivo principal provocar a simpatia da população e, secundariamente, o desgaste para os contrainsurgentes. (GALULA, 1964).

Para enfrentar esta situação, as Forças Armadas devem utilizar meticulosamente os obstáculos naturais existentes para realizar ações direcionadas em locais onde as saídas

¹⁴ "Ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas pelos operadores de inteligência com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão" (BRASIL, 2015, p. 191).

¹⁵ Neste caso, entende-se, a mesma definição de combatente, "tendo o direito de participar **diretamente** das hostilidades. De forma genérica, membros das Forças Armadas (exceto pessoal médico e capelães) são combatentes. A condição de combatente é advinda dos Artigos 43 e 44 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, de 12 ago. 1949" (KOPEZYNSKI, 2010, p.8, grifo nosso).

sejam canalizadas. Porém, como os guerrilheiros, normalmente, conhecem muito bem o terreno onde operam, conferindo-lhes uma grande vantagem, estes podem utilizar as características do terreno, como vegetação, construções, entre outras, para ganhar furtividade e negar o confronto direto (GALULA, 1964).

Esse posicionamento da tropa na localidade deve estar orientado de uma maneira que sua presença seja percebida pela população, mesmo que contrário há alguns critérios militares de ocupação do terreno (GALULA, 1964).

Conforme Galula, outros cuidados deverão ser tomados na configuração do local a ser ocupado como o uso de barreiras, concertinas e posição preparada para metralhadora, a fim de evitar um impacto negativo com a exposição de um espaço que traga a ideia de um campo de batalha e minimizar a probabilidade de reprovação da população.

2.1.6 O Apoio Externo

A existência de apoio externo à causa da insurgência pode prover a chegada de recursos financeiros e de materiais, bem como o suporte político e técnico vindos de fora, possibilitando ampliar, consideravelmente, a capacidade de agir dos insurgentes e até dirigir alguns passos futuros (GALULA, 1964).

Embora esse apoio possa estar amparado com vista em um esperado retorno no futuro para o lado do apoiador, temos que esse acordo se mostra viável para ambos os lados (GALULA, 1964).

Um exemplo substancial deste modelo de apoios externos, cobre a ligação de guerrilheiros com narcotraficantes que fornecem um grande volume financeiro para aquisição de recursos para a luta armada.

2.2 As Operações Militares

Mediante a ordem do nível político, as Forças Armadas responderão a uma determinada insurgência, já fortalecida em determinada área e oculta em meio à população local. Para isso, faz-se necessário o uso de um efetivo militar suficiente¹⁶ para manter e controlar a região, e ao mesmo tempo, executar ações para localização e neutralização dos insurgentes, com foco em suas lideranças (GALULA, 1964).

Dentro desta conjuntura, o emprego das capacidades militares sofrerão limitações por conta do tipo de oponente e do terreno, além das relacionadas aos danos colaterais que poderão existir. Tudo isto gera um cenário onde o emprego do uso da tática obterá preponderância em relação à tecnologia e aos meios. Para isto, a Força Terrestre é a mais apta para essas atividades, tendo a Força Naval e a Força Aérea uma atuação mais limitada (GALULA, 1964).

A dualidade dos militares para lidar com ações de combate e ações humanitárias, ao mesmo tempo e em um mesmo ambiente, sugere um cuidado na seleção de seus militares, principalmente daqueles que disporão do contato direto com a população. Uma vez que, nos momentos iniciais, normalmente, o militar responde por atividades de cunho social e político, devido à falta de habilidade destes setores para executar suas tarefas em um ambiente com riscos à segurança. Assim, existe um perigo de atribuir grande parte das responsabilidades da luta contra a insurgência para os militares, o que poderia se reverter em enfraquecimento da estrutura política e da imagem das Forças Armadas, principalmente com o uso de uma propaganda insurgente onde essa Força receberia uma imagem de elemento repressivo (GALULA, 1964).

¹⁶ Galula sugere que seja observada uma proporção da Força de oposição "de dez ou vinte elementos para cada insurgente" em virtude dos poucos recursos necessários para realizar ações que gerem desordem e provoquem o desgaste da imagem do Estado, além das vantagens ligadas à iniciativa estratégica, visto que usam o princípio da surpresa em suas ações, normalmente, sob a forma de guerrilha (GALULA, 1964).

O treinamento prévio e a consolidação de uma doutrina para essa realidade de combate é imprescindível para o desenrolar da operação. É necessária uma forte disseminação de recomendações para conscientizar as tropas sobre a importância de evitar desgastes, ao máximo, junto à população e se esforçar para criar uma boa imagem. Para isso, a liderança e a iniciativa devem ser trabalhadas em todos os níveis, bem como um maior retorno dos superiores para com seus subordinados em relação aos objetivos traçados (GALULA, 1964).

Nos momentos iniciais, após a consolidação da presença da força militar na região, devem ser realizadas ações no campo informacional e psicológico complementando as primeiras atividades, na busca por uma neutralidade da população e conscientizando-a que qualquer ação em apoio aos insurgentes resultará em novas ações militares. Como limitação para as forças regulares, temos que as mesmas estão presas ao compromisso de suas promessas e ações, prezando sempre pela verdade com o risco de cair em descrédito, onde a propaganda deve ser usada, prioritariamente, para informar e não para enganar. Adicionalmente, as forças militares devem expor suas intenções aos insurgentes e incitá-los para o confronto por meio de mensagens que apontem para eles os seguintes caminhos: luta; rendição ou saída da área (GALULA, 1964).

Medidas de controle de movimentação deverão ser estabelecidas com foco em restringir a liberdade de ação dos insurgentes, podendo estar conjugado com o controle de mercadorias, tentando inibir a chegada de itens de suprimentos aos insurgentes. Entretanto, essas atividades deverão ser muito bem mensuradas, a fim de evitar o caos na localidade. Nesse contexto, após certo tempo de convivência com determinada população, os comportamentos incomuns serão mais facilmente percebidos (GALULA, 1964).

A aceitação de concessões na lei para os insurgentes colaboradores, após pertinente teste de sinceridade (confissão e ações), poderão gerar possíveis efeitos positivos

sobre os demais insurgentes capturados, bem como a fuga de integrantes dos altos escalões em função da captura de agentes de menor escalão, pelo medo da delação (GALULA, 1964).

Galula especifica que nos momentos finais, a eliminação dos últimos insurgentes remanescentes na área, diante do estágio avançado e favorável dos contrainsurgentes exigirá esforços decisivos, similares aos momentos iniciais, podendo gerar certa insatisfação na população. A avaliação global da evolução destas ações deve ser constante e quantitativa, sendo melhor observada por uma operação configurada em etapas sucessivas, devendo fazer os ajustes necessários na medida em que os resultados tenham sido insuficientes, embora seja difícil avaliar os ganhos e perdas para a insurgência.

É importante salientar que estes últimos insurgentes passaram pela seleção natural¹⁷ e tem capacidade diferenciada para se contrapor aos contrainsurgentes, por isso, eles devem ser neutralizados até o expurgo completo da insurgência, podendo ser admitido uma anistia como incentivo à rendição, mesmo com a existência de certos riscos, pois em última análise, a insurgência só acabaria com a neutralização de todos os seus integrantes, e neste caso, ainda haveria insurgentes sobreviventes (anistia).

2.3 A importância política nas Operações Militares

A ampliação da aproximação com a população exigirá decisões que, normalmente, fogem ao nível dos Comandos Militares, sendo imperativo um melhor fluxo sinérgico entre o setor político e os militares, onde ambos devem interagir nas diversas questões que se apresentam de forma complexa. Assim, todas as atividades realizadas devem estar integradas, seja ela política ou militar, sabendo que as mesmas se encontram relacionadas entre si com resultados, também, compartilhados (GALULA, 1964).

¹⁷ Segundo a teoria da **seleção natural**, do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), "os organismos mais bem adaptados ao meio têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados". Temos, assim, que "as espécies mais adaptadas persistem no ambiente", ou seja, "os indivíduos com características mais adequadas para um determinado ambiente são mais propensos a sobreviver" (MAGALHÃES, 2021, grifo nosso).

Apesar da grande relevância das Operações Militares, Galula afirma a importância do exercício do poder político nessa luta, sendo a ação política a componente com maior percentual na solução. Além disso, aconselha que o Estado-Maior do Comando empregado deve comportar em sua estrutura a presença de um componente político que deveria possuir o mesmo peso que as demais Seções e participaria do planejamento militar, fazendo as interferências necessárias de ordem política, se for o caso.

2.4 Conclusões Parciais

O entendimento de uma insurgência é um processo que apresenta um novo horizonte dentro do espectro de ameaças ao qual um Estado está sujeito, pois trata de uma realidade que foge às teorias convencionais, principalmente no campo militar. Neste embate, entretanto, o destino final permanece inalterado, tendo o objetivo de assumir o poder e segurar as "rédeas" do Estado.

O novo oponente, intitulado de insurgente, muito provavelmente, não estará ostentando um uniforme e não terá um endereço para seu Quartel-General, porém poderá lutar com o mesmo fervor de quem possui um compromisso e que esteja disposto a oferecer sua própria vida por uma causa. Para isso, fará uso de sua capacidade intelectual e a experimentação de formas de combate que se afastam daquilo que é massivamente treinado e aperfeiçoado pelas forças militares ou policiais.

A população ganha uma importância indeclinável, visto que o campo de batalha do inimigo é permeado por nacionais e não por estrangeiros, levando ao impasse do equilíbrio entre a brandura no trato com os cidadãos, sem desligar-se do ímpeto do combate. Este dilema, para as tropas regulares, do ganho da simpatia da população torna-se crítico. Haja vista, que há uma tendência de depositar muitas responsabilidades do governo sobre os "ombros" dos militares, provocando uma sobrecarga de atribuições e afastando o nível

político do seu papel principal, já que este deve ser o protagonista da oposição aos insurgentes para vincular o sentimento de aceitação e confiança.

Outros aspectos do combate tradicional, como o terreno, o apoio externo e a inteligência que apresentam um paradigma mais resolvido no meio militar, ganham uma abordagem diferenciada no combate à insurgência, proporcionando uma exploração diversificada, podendo, ainda, somar a estes a moldura temporal que quanto mais estendida for, dificultará as ações de contrainsurgência.

As operações militares precisarão ser reconfiguradas para acompanhar um ritmo aleatório imposto pelos insurgentes, os quais buscam se manter nas sombras, em um ambiente onde os meios mais avançados e o emprego convencional das forças militares encontram limitadores que lhe retiram sua plena capacidade de combate.

O quadro desenhado pela existência de uma insurgência, mostra de forma imperiosa a necessidade de um fluxo de maior velocidade do nível político, passando pelo estratégico e operacional até chegar ao nível tático, permitindo, assim, a rapidez da decisão nos aspectos que, normalmente, ultrapassam o limite de decisão dos militares. Além disso, tal participação é necessária para o trabalho de legitimação das ações do Governo.

Com isso, o nível político ao desprender-se de uma postura passiva e assumir de forma sólida a responsabilidade pela eliminação da insurgência, brindará a ação militar com uma base mais segura ao trazer uma conexão confiável no âmbito militar.

Após o estabelecimento das percepções deste primeiro conteúdo sobre a insurgência e as respectivas operações de contrainsurgência, iniciaremos a seguir, no próximo capítulo, a apresentação de uma Operação realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 2014 e 2015, no Complexo da Maré, que nos remeterão às instigantes complexidades que abraçaram o referido evento.

3 A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

Neste capítulo apresentaremos o objeto proposto para este trabalho, abordando uma operação de considerável envergadura¹⁸ realizada pelas Forças Armadas do Brasil na localidade do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Esta Operação se desenvolveu nos anos de 2014 e 2015, contando com o apoio de diversas Instituições e Órgãos nacionais devido à complexidade das atividades e dos assuntos tratados ao longo dela.

Inicialmente, veremos os aspectos que fizeram parte deste problema, apresentando as peculiaridades existentes de forma a entender a concepção e o desenvolvimento das ações adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, concentrando nossa análise na parte militar dentro do contexto geral.

Buscaremos, também, expressar o sentimento da população local utilizando um trabalho de pesquisa desenvolvido naquela região, em 2015, por meio de um questionário direcionado aos moradores e que versou sobre a presença militar durante a operação mencionada.

As experiências vivenciadas pelas tropas federais contribuíram com ensinamentos que nos fornecerão subsídios pertinentes para uma análise comparativa desta realidade frente à teoria de David Galula, comentada no capítulo anterior (Insurgência e Contrainsurgência).

3.1 A conjuntura do Rio de Janeiro

No período anterior à realização da Operação São Francisco, o Rio de Janeiro passava por um momento crítico no campo da Segurança Pública, marcado por diversos

¹⁸ Esta operação foi realizada por uma Força Militar composta por uma média de 2.900 militares, em cada contingente, com militares do Exército, da Marinha, da Força Aérea e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), contando ainda, com carros de combate: M-113, Urutu, Guarani, Viatura sobre roda 8x8 Piranha IIC; viaturas; motocicletas; e aeronaves do Comando de Aviação do Exército: HA-1 Esquilo (equipado com Olho de Águia) e HM-Pantera; tendo um custo de R\$ 27.090.000,00 (BRASIL, 2021a, p. 2).

confrontos¹⁹ entre a polícia e algumas organizações criminosas²⁰, além de outros ilícitos que normalmente recorriam ao uso da violência, como roubos e assaltos, sendo esta crise inflamada por um número crescente de críticas por parte da população e da mídia (SILVA, 2017).

Esta situação se mostrava como uma falta de controle, na área da segurança, por parte do Governo Estadual em relação aos episódios de violência, motivando a solicitação do emprego das Forças Armadas em resposta a tal desordem, como por exemplo, o apoio de tropas militares às ações policiais para invasão do Complexo do Alemão²¹, em 2010 (SILVA, 2017).

Particularmente, por mais de 25 anos, as comunidades²² que englobam o Complexo da Maré são dominadas por certas facções criminosas²³, as quais se envolvem, prioritariamente, com o tráfico de drogas. Ademais, a partir de 2013, tal situação foi agravada com a chegada de novos integrantes oriundos de outras áreas por conta da estratégia adotada pelo Governo Estadual, denominada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)²⁴ que resultaram na migração destes novos elementos para o Complexo da Maré (SILVA, 2017).

¹⁹ Matéria do jornal eletrônico 'Hoje em Dia', com o título 'Operação policial no complexo da Maré já tem oito mortos', de 25 jun. 2013, a qual mostra o nível dos confrontos entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e traficantes do Complexo da Maré. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/opera%C3%A7%C3%A3o-policial-no-complexo-da-mar%C3%A9-j%C3%A1-tem-oito-mortos-1.164212>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

²⁰ Considera-se organização criminosa "a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional" (Lei nº 12.850, de 02 ago.2013). Ex. As facções criminosas.

²¹ No ano de 2010, por solicitação ao Governo Federal do Governador do Estado do Rio de Janeiro, foram utilizados meios e militares do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil (Corpo de Fuzileiros Navais) para apoio às ações das forças policiais com blindados (FERNANDES, 2019 apud DE LIMA, 2012).

²² O termo comunidade denota o espaço geográfico que, normalmente, engloba regiões de grande pobreza e com precária infraestrutura. Esse conceito, também, busca evitar a utilização do termo 'favela' que carrega certo preconceito aos seus residentes, que segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis possui o significado pejorativo de "qualquer lugar que cause má impressão por ser desorganizado, por ter aparência desagradável ou por ser habitado ou frequentado por pessoas de baixa renda" (FAVELA. In: Michaelis, 2021).

²³ Ver anexo C - Divisão Geográfica das Facções Criminosas no Complexo da Maré.

²⁴ A UPP é "apresentada, do ponto de vista teórico, como uma ação que privilegia o conceito de policiamento comunitário, com princípios trazidos da ideia de 'polícia de proximidade'. A ênfase é que as iniciativas no campo da Segurança Pública aconteçam com a chegada da UPP numa comunidade, a partir da parceria entre a população e as Instituições desse campo" (SILVA, 2017, p.16).

Assim, diante desta conjuntura e por força da Diretriz Ministerial²⁵ N° 09, de 31 de março de 2014, do Ministério da Defesa, foi autorizado o emprego dos militares em uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)²⁶ para preservação da Ordem Pública, e da incolumidade das pessoas e do patrimônio no Complexo da Maré.

Neste caso foi entendido que os Órgãos de Segurança Pública (OSP)²⁷ eram insuficientes para o cumprimento de suas tarefas legalmente estabelecidas, sendo transferido o controle operacional destes últimos para o escalão militar, devendo ser constituído um Centro de Coordenação de Operações²⁸ que deveria ser composto por representantes dos OSP (BRASIL, 1999).

Um fato importante neste contexto trata da realização de grandes eventos no Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e, em um segundo momento, os Jogos Olímpicos de 2016, pois havia uma grande preocupação por parte dos organizadores em função dos casos de violência na cidade do RJ, no campo da Segurança Pública (SILVA, 2017).

Segundo Eliana Sousa Silva²⁹, estes grandes eventos mencionados seriam os principais motivadores para uma resposta firme por parte do Governo na busca pela contenção de tais níveis de violência, pelo menos, durante os eventos em questão.

3.2 O Oponente enfrentado

²⁵ Esta Operação passou por cinco prorrogações, sendo seu período completo compreendido entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015 (RIBEIRO, 2020).

²⁶ "É uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição Federal (1988) ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem" (SOUZA, 2020, *slide 2*).

²⁷ "A Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares" (BRASIL, 1988, Art. 144).

²⁸ Este Centro de Coordenação busca estabelecer a cooperação e coordenação entre as forças militares e os OSP, juntamente com as Agências civis - governamentais e não governamentais (BRASIL, 1999).

²⁹ Diretora e pesquisadora da Divisão de Integração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora da Pós-Graduação em Segurança Pública para os Departamentos de Direito e Serviço Social (SILVA, 2017).

A região do Complexo da Maré é coagida pelas ações de violência de quatro facções criminosas rivais³⁰: o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP), o Amigo dos amigos (ADA) e a chamada milícia³¹. O fato de mais de uma facção criminosa atuar no interior deste complexo dificulta a identificação de um padrão para as ações destes oponentes, já que se observam procedimentos próprios nas diferentes interações realizadas entre si, com a polícia e com a população (SILVA, 2017).

No âmbito das Operações de GLO, os elementos que compõem essas facções criminosas, e por ela executam as diversas atividades ilícitas, são denominados Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP)³². Em que pese estes APOP possuírem peculiaridades em relação a cada facção específica, suas ações prejudicam a rotina e ameaçam vida dos moradores por meio de um conjunto de relações entre os atores descritos (outras facções, a polícia e a população), agindo diretamente sobre o direito de ir e vir das pessoas, conforme as limitações por eles imposta (SILVA, 2017).

Os APOP se aproveitam de uma estrutura fragilizada e com precária representação política nestas comunidades para exercer o domínio pela força, muitas vezes suplantando algumas funções³³ que o poder estatal tenha deixado lacunas, embora não se ponham em confronto com o Estado para substituí-lo de forma a se tornar um poder baseado na legalidade e legitimidade³⁴ (SILVA, 2018 apud DOWDNEY, 2003).

Suas atividades giram, basicamente, em torno da venda de drogas, manutenção da área contra investidas de outras facções ou da polícia, e a ampliação de sua área de influência

³⁰ Ver Anexo C - Divisão Geográfica das Facções Criminosas no Complexo da Maré.

³¹ A Milícia é entendida, na abordagem deste trabalho, como "uma organização criminosa, apresentando-se como um poder paralelo e que segundo a Anistia Internacional se valem da força para extorquir dinheiros de moradores de certas comunidades" (STOODI, 2020).

³² Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP) são "pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação, momentaneamente, comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 2014, p.15).

³³ Ver Anexo E - Depoimento de moradora do Complexo da Maré em relação às funções desempenhadas pelos APOP.

³⁴ "A legitimidade relaciona o poder com determinado sistema de valores, já a legalidade, o faz em relação a determinado ordenamento legal" (DIAS, 2013, p. 43).

pela conquista de novos territórios. Assim, os principais objetivos dos APOP seriam o lucro obtido com a estabilidade do comércio ilícito de drogas e o controle da comunidade, incluindo seus residentes (SILVA, 2018).

Uma pesquisa³⁵, realizada por Marcos Reis Fernandes³⁶, mostra que quase 90% da tropa entrevistada em seu trabalho e participante da Operação São Francisco concorda que havia uma predominância de técnicas e táticas de forças irregulares³⁷ por parte dos APOP, durante os enfrentamentos, dos quais podemos destacar o uso de moradores em favor de suas ações e o uso de emboscadas, mostrando a caracterização de um combate irregular urbano e a assimetria existente entre os militares e os APOP.

3.2.1 O Apoio Externo aos APOP

O tráfico de drogas, atualmente, compõe a principal movimentação financeira das facções estudadas, demonstrando uma rede de contatos que se estende internacionalmente com complexas ligações de chegada e saída, deste material, para os diversos lugares do mundo³⁸ (BRASIL, 2021b).

Nos últimos anos, vem ocorrendo um enorme crescimento da quantidade e da variedade de drogas³⁹ movimentadas nestas conexões devido ao lucrativo retorno oferecido aos seus articuladores. Esta citada rede permite, também, a aquisição de armamentos e outros materiais que fornecem um suporte aos APOP em suas atividades ilícitas (BRASIL, 2021b).

³⁵ Ver Tabela 1 do Anexo F.

³⁶ Capitão de Infantaria do Exército Brasileiro, autor do Trabalho Acadêmico "O Exército Brasileiro na atuação contra Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) nas Operações de Pacificação das Comunidades do Rio de Janeiro", apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Operações Urbanas (FERNANDES, 2019).

³⁷ "Forças capacitadas à execução da guerra irregular, caracterizadas por organização não institucionalizada" (BRASIL, 2015).

³⁸ Ver FIG. 3 do Anexo G - Extensão do mercado de drogas internacional.

³⁹ Bolívia, Colômbia e Peru são os maiores produtores de cocaína do mundo, fazendo fronteira com o Brasil (BRASIL, 2021b, p. 45).

Segundo Klaus von Lampe⁴⁰, em alguns casos, a organização criminosa pode exercer influência sobre certos instrumentos políticos e legítimos da sociedade em favor de seus interesses, como por exemplo, alguns esquemas de corrupção entre os APOP e a polícia, ou até com alguns políticos corruptos.

Observa-se que muito embora as atividades ilícitas ocorram dentro da localidade, o “braço” das facções se estende pelo uso de conexões, dentro e fora de fronteiras físicas e sociais, revelando um problema de proporções que extrapolam o âmbito estadual e nacional.

3.3 Os moradores do Complexo da Maré

O Complexo da Maré é um conjunto de 15 comunidades carentes⁴¹, sendo um dos maiores complexos de comunidades do Rio de Janeiro, com cerca de 139 mil moradores, distribuídos em aproximadamente 48 mil domicílios, segundo o Censo Maré⁴², realizado pela Instituição Redes da Maré⁴³.

Com base em um estudo⁴⁴ realizado por meio de entrevista de moradores de diversas partes do Complexo da Maré e que vivenciaram a Operação São Francisco, contando ainda com o apoio e o patrocínio do Governo Britânico⁴⁵, foi possível identificar a percepção geral da população em relação à presença das Forças Armadas em seu cotidiano:

⁴⁰ Professor de Criminologia na Escola de Economia, Lei e Direito de Berlim-Alemanha (BRASIL, 2021b).

⁴¹ Ver Anexo B - O Complexo da Maré.

⁴² Censo realizado, em 2013, utilizando o método de cobertura do recenseamento do IBGE, o que garantiu um grau de confiabilidade em seus resultados (REDE MARÉ, 2013).

⁴³ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada por moradores e ex-moradores da Maré, que tem como missão construir um processo global de desenvolvimento sustentável para o território local. Fonte: Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>>. Acessado em: 04 jun. 2021.

⁴⁴ Estudo realizado por Eliane Sousa Silva, entre fevereiro e setembro de 2015, com a entrevista de 1.000 moradores com idades entre 18 e 69 anos de diversas partes da referida localidade (SILVA, 2017).

⁴⁵ Financiamento realizado "por meio da Fundação 'Newton Fund', criada para apoiar uma maior cooperação entre as comunidades acadêmicas e de ciência e inovação do Reino Unido e de outros países, incluindo-se aí as áreas de transformação urbana e direitos humanos" - Cônsul-Geral do Reino Unido (SILVA, 2017, prefácio).

a) A procura pelos OSP, principalmente a polícia, é muito raro, onde mais de 90% dos entrevistados⁴⁶ nunca haviam estado em uma delegacia para registrar qualquer delito sofrido, refletindo a falta de confiança naqueles instrumentos do Governo que deveriam garantir um suporte a esses moradores nas questões de segurança;

b) Independente da presença das Forças Armadas no Complexo da Maré, a sensação de segurança, percebida pela população, se manteve inalterada ou trouxe uma mudança insignificante, em sua maioria, onde mais de 60% consideram⁴⁷ que foi pequena ou não houve alteração na situação com a entrada das Forças Armadas na localidade;

c) As atividades desenvolvidas pela polícia e pelos militares se mostraram satisfatórias, com reduzidos eventos de desvio de comportamento ou abuso de autoridade por parte das forças regulares ao lidar com os moradores. Mais de 75% dos entrevistados⁴⁸ afirmaram que não sofreram qualquer tipo de violação por parte dos policiais, e tendo um aumento neste percentual⁴⁹ para mais de 90% quando se referindo aos militares. Tais informações contrariam as exageradas exposições apresentadas pela mídia⁵⁰ sobre as questões de desrespeito com os cidadãos da localidade, criando um falso estereótipo das tropas policiais e militares;

d) O contato entre moradores e militares se mostrou bem modesto. Basicamente, se resumindo à revista de pessoal, onde essas abordagens alcançaram uma média de 34% dos entrevistados⁵¹. Já em relação às experiências vivenciadas, pouco mais de 5% destes⁵² participaram de eventos comunitários com a presença de militares;

⁴⁶ Ver Tabela 4 do Anexo H.

⁴⁷ Ver Tabela 5 e 6 do Anexo H.

⁴⁸ Ver Tabela 7 do Anexo H.

⁴⁹ Ver Tabela 8 do Anexo H.

⁵⁰ PENNAFORT, 2018.

⁵¹ Ver Tabela 9 do Anexo H.

⁵² Ver nota de rodapé anterior (51).

e) Percebeu-se uma aceitação satisfatória das tropas militares quando quase 70% dos entrevistados⁵³ consideram a atuação dos militares de boa para regular; e onde mais de 55% concordaram⁵⁴, plenamente ou parcialmente, com a continuação das atividades dos militares no Complexo da Maré. Além disso, quase 25% dos entrevistados⁵⁵ concordaram, com ou sem ressalvas, sobre a utilização de todos os meios para enfrentar o tráfico de drogas, inclusive com situações que podem trazer risco para a população.

Estes resultados foram relevantes, já que permitiram aos próprios residentes expressarem suas opiniões em relação ao tema da Segurança Pública e, mas particularmente, sobre a Operação São Francisco, nos remetendo aos reais efeitos obtidos pelos militares na busca pela conquista da população.

Segundo Ricardo Henrique Santos do Pilar⁵⁶, apesar do entendimento sobre o alinhamento do objetivo dos militares e da maioria dos moradores, temos que o medo de apoiar ostensivamente as ações dos militares, reside no caráter temporário da operação, quando por ocasião do término desta, a população novamente estaria à mercê das mesmas facções criminosas.

3.4 O Ambiente Operacional do Complexo da Maré

O Complexo da Maré é uma região localizada em um ponto estratégico na Zona Norte do Rio de Janeiro⁵⁷, ocupando uma área de, aproximadamente, 10 Km² e próxima ao Aeroporto Internacional Antônio Jobim, um fato importante, pois torna-se de grande

⁵³ Ver Tabela 10 do Anexo H.

⁵⁴ Ver Tabela 11 do Anexo H.

⁵⁵ Ver Tabela 12 do Anexo H.

⁵⁶ Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval), Comandante do GptOpFuzNav-MARÉ I (PILAR, 2014).

⁵⁷ Ver Anexo B - O complexo da Maré.

relevância geográfica, visto que possui um grande trânsito de pessoas em seu entorno⁵⁸ (SILVA, 2017).

Além disso, esta localidade encontra-se debruçada sobre algumas importantes rodovias, como a Avenida Brasil, a Linha Amarela e a Linha Vermelha, as quais possuem um grande fluxo de veículos e que permitem acesso às principais partes da cidade. Já em sua porção norte temos a Baía de Guanabara, onde pode ser considerada uma provável porta de entrada para o acesso de drogas e armamentos à região (PILAR, 2014).

Podemos dizer que o ambiente operacional apresentado, em termos humanos, é permeado por diversas questões sociais e econômicas que trazem uma grande complexidade ao problema estudado em virtude da deficiente presença do Governo na vida de seus habitantes e à sujeição destes ao regime impostos pelos APOP que dominam pela força a localidade.

No interior da comunidade, temos um conjunto de becos e vielas interligados de forma irregular e, por vezes, com acesso muito restrito, configurando um verdadeiro caos de labirintos, dentro de um denso conglomerado de construções com estruturas precárias, na maioria das vezes inacabadas, expressando uma forte desorganização urbana (SILVA, 2018 apud DOWDNEY, 2003).

Este cenário físico favorece ao emprego da tática de guerrilha, onde normalmente, encontram-se preparados pelos APOP de forma a lhes oferecer uma vantagem por ocasião dos combates, como por exemplo, a construção de 'seteiras'⁵⁹ para o posicionamento de armas e para observação; o bloqueio de determinadas partes da comunidade; passagens criadas entre os telhados de algumas casas; entre outros (BRASIL, 2020a).

⁵⁸ "A comunidade da Maré fica no caminho para o Aeroporto Internacional e é necessário atravessar as vias que cruzam o Complexo da Maré para chegar a outras partes da cidade, houve uma forte preocupação com o controle pelos OSP para impedir eventuais conflitos que pudessem ser provocados pelas facções criminosas". Um exemplo disto foi o esquema de segurança montado para a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 (SILVA, 2017, p.18).

⁵⁹ Buracos preparados em construções para servir como posição de tiro ou observação (BRASIL, 2017,4-4).

3.5 A Força Militar

Foi constituída uma Força de Pacificação (FPac)⁶⁰, comandada por um General de Brigada do Exército Brasileiro, para o emprego na Operação São Francisco composta por militares das três Forças Singulares, além de alguns efetivos de outros OSP, como a PMERJ. Esta força foi caracterizada pela presença permanente na localidade, com variação de poder de combate⁶¹ e com abrangência de poderes policiais.

Esta Operação teve como objetivo articular o processo de pacificação do Complexo da Maré e se desenvolveu ao longo de quatorze meses, sendo a região dividida em áreas de responsabilidade tática⁶² entre três Forças-Tarefas e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), todos estes componentes com um efetivo equivalente a um Batalhão. Seu efetivo seguia uma proporção de cerca de 18 militares para cada 1.000 habitantes (ESCOTO, 2016).

O Escalão de Comando contava com uma Célula de Operações de Informações que assessorava o comando e trabalhava no campo da inteligência, da área civil e social, da guerra eletrônica, entre outros. Neste ínterim, a FPac procurou criar um ambiente propício à interoperabilidade⁶³ e à interagência⁶⁴, o que se constituía como um grande desafio ao tentar integrar uma unidade de comando necessária ao desenvolvimento das ações⁶⁵ (ESCOTO, 2016).

⁶⁰ Ver Anexo I - Organograma da Força de Pacificação (FPac).

⁶¹ "Capacidade global de uma organização para desenvolver o combate, a qual resulta da combinação de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações [...]" (BRASIL, 2015, p. 211).

⁶² Ver Anexo J - Divisão da Área de Operações do complexo da Maré.

⁶³ "Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução" (BRASIL, 2015, p.151).

⁶⁴ "Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos" (BRASIL, 2015, p.196).

⁶⁵ Ver Anexo K - Ações da FPac na Operação São Francisco.

De modo geral, a estrutura da força militar buscou contemplar de forma ampla e flexível as capacidades necessárias ao cenário visualizado, com tropas de natureza e especialidades diversas, além de representantes de todas as Instituições participantes, na busca por um amplo entendimento das ações (HOMEM, 2015).

A Operação São Francisco procurou restringir a liberdade de ação dos APOP, diminuindo-lhes a influência sobre a população, com o controle do acesso pelas principais vias do Complexo, que poderia evoluir para um ponto de bloqueio quando necessário, juntamente com as ações de patrulhamento ostensivo (CAMPOS, 2015).

3.5.1 As Ações Militares

As ações tiveram início com manobras para estabelecer a presença da tropa perante a população local, demonstrando o poder de combate existente, sem necessariamente, o advento do confronto, mas com uma postura firme para responder um ataque inopinado, obedecendo basicamente os conceitos de combates em áreas urbanas (CAMPOS, 2015).

A aplicação do Poder Militar esteve em alternância entre as ações coercitivas que se constituíam pelo emprego diretamente do poder de combate terrestre de forma ofensiva ou defensiva; e em outros momentos pelas ações construtivas com o emprego dos militares para melhoramento da área, com serviços em prol da infraestrutura local, de forma a contribuir com o estabelecimento da presença do Estado na região (ESCOTO, 2016).

Em uma pesquisa⁶⁶ realizada, também, por Marcos Reis Fernandes⁶⁷, temos que quase 50% da tropa entrevistada em sua investigação e participante da referida Operação sentiu um descompasso da preparação realizada com a realidade enfrentada. Isto nos remete aos cuidados de um treinamento apropriado da tropa em face de um horizonte pouco praticado e experimentado pela maioria dos militares em seus adestramentos diários, embora, na

⁶⁶ Ver Tabela 2 do Anexo F.

⁶⁷ Ver nota de rodapé 36.

atualidade, este quadro venha se transformando com a preocupação cada vez maior deste assunto no âmbito da tropa.

O apoio da população foi articulado sobre a aproximação com os líderes das comunidades, buscando a participação destes e as denúncias anônimas, onde tais mecanismos representam um bom potencial, já que o recebimento de dados de forma sigilosa pelos moradores favoreceu o trabalho da inteligência, além de preservar a segurança pessoal (CAMPOS, 2015).

Unindo esforços com as ações civis-militares e cívico-sociais, a força militar fez o uso de suas capacidades na área de operações psicológicas desenvolvendo atividades que buscavam influenciar o comportamento da população em favor da FPac, como por exemplo, mensagens disseminadas por alto-falantes e por panfletos (DÓRIA, 2019).

A área de inteligência procurou tratar não somente as informações sobre os APOP, mas também adquirir o conhecimento sobre a população e trabalhar em cima destas considerações civis, inclusive com a utilização das redes sociais, procurando a exposição de alguns APOP. Além disso, no caso dos fuzileiros navais, a área de inteligência verificou os possíveis integrantes da Força, antes de sua designação, permitindo analisar e excluir potenciais problemas, como militares com domicílio na área de operação (PILAR, 2014).

Uma deficiência inicial da operação, devido ao foco da inteligência estar pautada no inimigo, foram as informações insuficientes ou inexistentes sobre a população local, dificultando as análises para um planejamento focado em obter o apoio dos residentes, o que impôs um grande esforço da Célula de Operações de Informações na tentativa de responder a tal carência de dados, além de uma Seção de Inteligência ampliada (ESCOTO, 2016).

As lideranças nos menores níveis, além dos militares que travavam contato diretamente com a população, receberam instruções na área de inteligência a fim de contribuir na apuração de suas percepções e absorção das informações durante sua presença no terreno e,

principalmente, nas interações com os moradores, visto que, normalmente, as ações ocorrem de forma descentralizada (ESCOTO, 2016).

Os resultados⁶⁸ alcançados na operação podem ser vistos pelas prisões, apreensões de armas e drogas, entre outros, não sendo considerado como indicador o número de captura ou neutralização de um APOP, similar às operações de contrainsurgência (HOMEM, 2015).

3.6 A participação de outras expressões do Estado na Operação

A FPac contou com a participação do Ministério Público, do Poder Executivo Federal e Estadual, além das polícias militares e civis, em função das circunstâncias especiais envolvidas, conforme a LC Nº 97/99, em que o emprego dos militares, enquadrava-se dentro de certos limites e controles políticos diferenciados, como a duração específica; espaço geográfico delimitado; além de ingerências parlamentares e financeiras (CAMPOS, 2015).

No nível político, o objetivo era proporcionar as condições para o estabelecimento das UPP no Complexo da Maré, enquanto o nível estratégico tinha como objetivo criar um ambiente seguro e estável, onde tais objetivos foram traduzidos para os níveis operacional e tático como a desarticulação dos APOP no Complexo da Maré e conquista da confiança e apoio dos moradores (ESCOTO, 2016).

Esta relação direta entre os níveis de decisão demonstraram que uma ação militar, mesmo que executada nos menores escalões e de forma isolada poderia se projetar e trazer consequências em outros níveis de decisão (HOMEM, 2015).

Fica claro que a segurança era apenas um dos passos necessários para a pacificação e estabilização da área, visto que a presença do Estado manifestada pelas atividades de responsabilidade do Governo Estadual, do Poder Judiciário, da Secretaria de Segurança Pública e outros Órgãos se impunha de maneira incontestável (CAMPOS, 2015).

⁶⁸ Ver Anexo L - Resultados da FPac no Complexo da Maré.

Entretanto, podemos observar que o nível político deixou uma pesada carga de responsabilidade sobre as Forças Armadas, enxergando uma opção viável no emprego dos militares em GLO, já que estes detêm poder para enfrentar os APOP, além de grande credibilidade entre a população⁶⁹, ficando a delegação de responder aos anseios da sociedade. Neste contexto, vemos que as questões de Segurança tendem a se aproximar com as questões da Defesa, onde a componente militar faz a interseção com essas duas áreas (HOMEM, 2015).

3.7 Conclusões Parciais

A Operação São Francisco pôde ratificar o protagonismo das Forças Armadas no restabelecimento de um ambiente seguro e estável, até então parcialmente, diante de uma situação de desordem que vinha se apresentando na cidade do Rio de Janeiro, fruto da intensificação dos ilícitos das facções criminosas, com crescentes índices de violência.

Em relação à área em foco, destaca-se o cenário que envolve o Complexo da Maré em meio aos confrontos entre policiais e os APOP, sendo estes últimos reforçados pelo poder econômico proporcionado pelo lucrativo comércio de drogas que, normalmente, ultrapassa as barreiras locais trazendo um suporte de equipamentos, armas e drogas de outras cidades, regiões, estados, países e até outros continentes.

Uma das principais justificativas entendida para o emprego das Forças Armadas nesta localidade expõe a importância da posição geográfica da Maré, já que poderia influenciar as demais regiões circunvizinhas e, principalmente, a malha viária no entorno da mesma, ao se considerar os grandes eventos sediados no Rio de Janeiro, na moldura temporal envolvida pela referida Operação (Copa do Mundo 2014 e, futuramente, Jogos Olímpicos 2016).

⁶⁹ "Brasileiros veem Forças Armadas como instituição mais confiável". DataFolha (Pesquisa). São Paulo, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>>. Acesso: 20 jun. 2021.

Este acréscimo de poder e intensificação das ações ilícitas das facções criminosas existente na localidade da Maré atingiu um nível de insustentabilidade declarada por partes dos OSP, tendo em vista o acionamento da expressão militar do Poder Nacional, que mesmo com limitações de seu emprego dentro do próprio território e em uma aplicação não convencional, se mostrou a mais apta para lidar com as táticas e técnicas de guerrilha urbana empregada, em um terreno de arrumação urbana confusa e com restrição de movimento em muitos pontos, propícia ao uso pelos APOP.

A conquista da população com ações coercitivas e construtivas ocorreu relativamente satisfatória de acordo com a opinião expressa em entrevistas pelos próprios moradores, porém limitada em seu apoio aberto e no alcance aos cidadãos mais inseguros, já que o fator tempo despertava a dúvida de um futuro incerto, onde a saída das tropas militares não estava condicionada ao expurgo dos ilícitos e dos APOP da região.

O relacionamento do nível político com as ações para estabilização da área se concentraram mais no âmbito da encadeação jurídica para autorização do emprego das Forças Armadas e seu aporte financeiro, porém se mantendo à distância nas ações práticas, onde sua presença ficou amparada nos grandes esforços militares e em algumas participações limitadas de Órgãos Governamentais.

Assim, nota-se um reduzido fluxo de interações entre os níveis de decisão envolvidos no processo de pacificação do Complexo da Maré, onde a ênfase estava em manter as atividades ilícitas dentro de um nível aceitável e não na consolidação de uma estrutura estatal sólida e na neutralização dos APOP, o que poderia representar uma solução definitiva.

Na próxima parte deste estudo, identificaremos e analisaremos as singularidades e similaridades da teoria da insurgência e da contrainsurgência em face da Operação São Francisco.

4 CONFRONTO DA TEORIA DE DAVID GALULA COM A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

Nesta parte do trabalho, realizaremos a análise da realidade exposta na Operação São Francisco frente às ideias de David Galula, onde as comparações, certamente, permitirão extrair resultados sobre a aplicação prática parcial ou total da teoria em questão.

Para este exame abordaremos os assuntos marcantes em ambas as partes apresentadas (Cap. 2 e Cap. 3), mantendo a prioridade no campo militar, onde seja possível uma visão crítica das aproximações e dos distanciamentos verificados. Ademais, a participação política permanecerá, também, como um tópico a ser analisado em virtude da relevância para a atuação dos militares.

Assim, com as conclusões desta parte visualizamos identificar algumas perspectivas concretas sobre um conteúdo aplicável ou a ser melhorado por ocasião da aplicação de nossas tropas quando do emprego em situações iguais ou similares.

4.1 O nascimento e desenvolvimento da crise

A deflagração de uma crise que desencadeará uma insurgência⁷⁰ ou mesmos os relacionados com graves problemas de Segurança Pública, tem sua base sobre as fraquezas do Estado, fazendo destas sua ancoragem para o controle de uma determinada região, porém a partir deste ponto é possível enxergar uma bifurcação nos destinos a serem atingidos em cada um dos casos.

A natureza da insurgência é política, o que difere dos problemas onde temos o controle de algumas áreas por facções criminosas, embora, muitas vezes, estes disputem o exercício do poder diretamente com o Estado. Temos, assim, que o eixo político ligado às

⁷⁰ Ao se tratar do referido conceito nas comparações deste trabalho, em relação à situação estudada no Complexo da Maré, utilizaremos a definição de David Galula apresentada no Cap.2. No Brasil, a insurgência é considerada como "uso intensivo das práticas de guerra irregular por um grupo radical ou movimento extremista, que recorre à luta armada para a consecução de seus objetivos" (BRASIL, 2015, p. 148).

insurgências aprofunda e estende suas ações para uma luta em direção à assunção completa das estruturas governamentais.

Para as facções criminosas, o confronto com o Estado é uma situação indesejada, pois suas ações estão concentradas em determinadas áreas tendo como motivação o lucro proporcionado pela estabilidade do comércio ilegal de drogas, enquanto a reação do Estado pode gerar enfrentamentos que comprometam sua livre circulação e articulação no interior da localidade controlada e suas proximidades.

Durante a realização da Operação São Francisco tínhamos uma situação de normalidade institucional⁷¹, apesar da marcante crise na Segurança Pública, podendo ser entendido como um cenário particular de distúrbio interno⁷² onde, por exemplo, as ações judiciais foram realizadas concomitantemente com a referida operação militar, seguindo as bases legais vigentes no Brasil (CAMPOS, 2016).

Com isso, os APOP, aparentemente, não demonstraram possuir quaisquer motivações política-ideológica, embora podendo exercer algumas das funções⁷³ do Estado, não sendo descartada a possibilidade de em algum momento futuro tal iniciativa venha a se tornar uma realidade, mesmo que seja uma probabilidade mínima (HOMEM, 2015).

Diante destes pontos entre os insurgentes e os APOP, vemos que as razões que geram a força motriz necessária para a propagação de suas atividades se distanciam com efeito sobre a estabilidade do Estado e sobre as metas almejadas por cada um destes. Temos que, os insurgentes visualizam uma oposição direta e, em um segundo momento, a

⁷¹ "A situação de normalidade caracteriza-se por ser aquele no qual os indivíduos, grupos sociais e a Nação sentem-se seguros para concretizar suas aspirações, interesses e objetivos, porque o Estado, em sentido mais amplo, mantém a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Já a situação de não-normalidade caracteriza-se pela [...] decretação do estado de defesa ou do estado de sítio" (BRASIL, 2020b, p.20).

⁷² Nesta tipologia de conflito aplica-se a legislação interna brasileira, bem como os Direitos Humanos em sua plenitude (PINTO, 2021).

⁷³ Ver Anexo D - Depoimento de moradora do Complexo da Maré em relação às funções desempenhadas pelos APOP.

substituição do Governo, enquanto os APOP prezam por uma passagem despercebida pelos "olhos" políticos e, também, pela mídia.

O estabelecimento de sua influência em uma determinada área com vistas à ampliação para outras, traz uma congruência entre estes grupos até certos limites geográficos diferenciando, já que o objetivo final dos insurgentes sugere a assunção de um poder que governe sobre todo o território nacional ao passo que para os APOP seus limites de domínio se concentram basicamente nas comunidades mais pobres.

4.2 Os Oponentes

O perfil predominante entre os APOP em meio às operações de GLO demonstram a caracterização de um criminoso comum⁷⁴ que se abstém de convicções ligadas a uma determinada causa e, dificilmente, estaria disposto a sacrificar sua vida por um ideal, tendo uma postura contrária àquela apresentada pelo insurgente que, em princípio, colocaria sua vida em risco pela luta defendida.

Os insurgentes podem ser tratados como um ator não estatal interno podendo levar a cabo um conflito armado não internacional⁷⁵ de alta⁷⁶ ou baixa⁷⁷ intensidade, conforme o vulto alcançado pelos mesmos.

Durante os conteúdos apresentados sobre o dinamismo dos insurgentes e das diversas facções criminosas que agem sobre uma região, temos que suas táticas e procedimentos, de uma maneira geral, guardam grandes semelhanças, já que suas ações de

⁷⁴ Entendido com o mesmo conceito de Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), sendo, assim, definido como "pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação, momentaneamente, comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 2014, p. 14).

⁷⁵ "Compreendem as guerras civis tradicionais, conflitos armados internos que se propagaram a outros Estados ou conflitos internos nos quais intervêm terceiros Estados ou uma força multinacional junto aos governos" (Convenções de Genebra, 1949, Art. 3º).

⁷⁶ Tipo de Conflito Armado não Internacional, normalmente entre Estado e Insurgentes ou entre Insurgentes com limite referenciado no Art. 1º, §1º, Protocolo Adicional II, 1977 (PINTO, 2021).

⁷⁷ Tipo de Conflito Armado não Internacional, apenas entre Estado e insurgentes, onde estes últimos se caracterizam por possuírem comando organizado, controlar parte do território ostensivamente e realizarem operações contínuas e concertadas (PINTO, 2021).

oposição ao Estado direcionam-se para a guerra irregular, particularmente com uma guerrilha urbana em espaços que contenham localidades mais necessitadas.

Mesmo com significativas paridades nas ações destes grupos criminosos analisados, faz-se interessante destacar que cada facção age com certa particularidade quando interagem com outros grupos distintos, com a população ou com as forças de oposição do Governo (SILVA, 2015).

Assim, também Galula, de maneira ponderada, especifica que cada insurgência engloba uma situação particular e esta realidade só poderá ser entendida com um estudo mais apurado sobre os procedimentos destes elementos, já que seu modelo teórico apenas mostra uma diretriz geral.

O despertar para uma associação entre insurgentes e o tráfico de drogas marcaria um ponto de junção perigoso, representando uma significativa ampliação das capacidades destes grupos de se opor ao Estado e as Forças Armadas, sendo uma possibilidade vantajosa para ambos os lados, já que fortalecem suas estruturas com o dinheiro vindo do comércio ilícito de drogas (GALULA, 1964).

Outrossim, a vantagem proporcionada pelo fator tempo permite um fortalecimento de ambos (insurgentes e APOP) em razão da consolidação de sua presença em determinada região, aproveitando e preparando o terreno da melhor forma possível, com a ampliação de sua consciência situacional e de posições para projetar ou receber ataques.

Em relação ao terreno abordado na Operação São Francisco, o qual possui alinhamento com a teoria de Galula, vemos se tratar um espaço geográfico que traz uma limitação às forças regulares, principalmente para os militares que se vêm obrigados a restringir suas capacidades bélicas em função dos obstáculos físicos e outros de natureza diversas, como o controle de danos colaterais e a pressão da mídia.

Outro aspecto que vale a pena destacar é o caráter adaptativo, que envolve a astúcia e a sagacidade dos integrantes destes dois grupos (insurgentes e APOP) onde a seleção natural⁷⁸ aperfeiçoa a perspicácia destes elementos para enfrentar a assimetria e as manobras lançadas pelas Forças Armadas, onde, normalmente, permanecem os indivíduos mais bem adaptados.

4.3 O Apoio da população

A população como ator central dos estratagemas⁷⁹ visualizados pelos militares, ao se contrapor a uma insurgência, na representatividade do Estado, é algo já defendido amplamente nas abordagens de Galula e perseguido durante a execução da Operação São Francisco desde a sua concepção.

Entretanto, no caso das operações militares no Complexo da Maré, as informações sobre a população local mostrou-se como uma lacuna aos planejamentos da Força de Pacificação (FPac) em virtude de um banco de dados limitado ou até inexistente sobre a localidade e seus residentes, visto que nas atividades militares priorizam-se os conhecimentos sobre o inimigo e sobre o terreno físico onde a missão será executada (ESCOTO, 2016).

O resultado apresentado no cenário real da Operação São Francisco mostra que além da percepção, relativamente satisfatória, dos moradores sobre as ações dos militares e sua propensão em aceitar ao Estado, o fator mais importante para os mesmos tem haver com a permanência efetiva das forças regulares na região e a eliminação completa daqueles que oferecem, de maneira rotineira, o medo como resposta ao posicionamento da população.

⁷⁸ Segundo a teoria da **seleção natural**, do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), "os organismos mais bem adaptados ao meio têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados". Temos, assim, que "as espécies mais adaptadas persistem no ambiente", ou seja, "os indivíduos com características mais adequadas para um determinado ambiente são mais propensos a sobreviver" (MAGALHÃES, 2021, grifo nosso).

⁷⁹ "Esquema ou plano previamente traçado ou articulado em forma de ações concretas e executado com a finalidade de alcançar um objetivo específico" (ESTRATAGEMMA. In: Michaelis, 2021).

Além disso, os esforços na área social e de infraestrutura mostram um importante ponto para se aproximar da população, seja em uma insurgência ou em uma Operação de GLO, devendo ser aplicado em conjunto com outras ferramentas que possibilitem a obtenção de informações sem o ônus do risco aos colaboradores, como o exemplo do disque-denúncia⁸⁰, sendo muito bem explorado na Operação São Francisco.

Podemos observar que de forma comum, as provocações e o forte apelo à difamação das tropas regulares, inclusive com conteúdos falsos e manipulados⁸¹, tentam expor condutas delituosas e abusivas para enfraquecer a credibilidade das forças militares e policiais, e, por conseguinte, do Estado junto aos moradores.

Nestes cenários analisados (real e teórico), as ações tomadas seguem casadas ao lidar com a população, porém a consolidação da confiança só se materializa com um compromisso longo e atemporal por parte do Estado, diferente das definições expressas para uma Operação de GLO, principalmente no parâmetro tempo (prazo).

4.4 O Combate

Da mesma forma que as recomendações sinalizadas por Galula na abordagem da tropa com a população, os combates no Complexo da Maré tiveram seus planejamentos orientados por tais ensinamentos, juntamente com as doutrinas alusivas ao combate em áreas urbanas (HOMEM, 2015).

A amplitude e liberdade de ações conformada por este tipo de combate, aceitando variações distintas, podem ser visto com a seguinte conceituação: "a guerra irregular é uma luta de imaginação, engenhosidade e improvisação entre vontades que se opõem" (BRASIL, 2020a, p. 2-1).

⁸⁰ Foram realizados cerca de 3 mil atendimentos por meio do Disque-Pacificação durante a Operação São Francisco (RIBEIRO, 2020).

⁸¹ Como exemplo podemos citar a manchete "Complexo da Maré terá um militar para cada 55 moradores" (Jornal "O Dia", de 25 mar. 2014), onde a reportagem antecipa com detalhes a operação e forja uma expectativa que gera sofrimento anterior à própria ação do Estado (SOUZA, 2015 apud NASCIMENTO, 2014).

Com isso vemos a necessária flexibilidade doutrinária exigida para enfrentar essa realidade não convencional, onde os componentes da Força de uma Operação de GLO ou de uma contrainsurgência devem buscar um artil impensado a fim de surpreender seus oponentes.

Neste ponto, destacamos que apesar das grandes semelhanças encontradas na postura dos insurgentes, no campo tático, e dos combates atuais dentro de comunidades do Rio de Janeiro, em específico no Complexo da Maré, temos que a tecnologia tem corroborado para desbalancear este tipo de conflito. Além disso, sua intensidade, o chamado 'poder de fogo'⁸², também evoluiu tanto por parte das tropas regulares quanto pelos oponentes, principalmente os APOP, por conta de seu poder econômico resultante do tráfico de drogas.

4.5 O emprego das Forças Militares

A decisão de empregar as Forças Armadas, seja em uma insurgência, seja em uma operação de GLO, advém da percepção do atingimento de um nível que extrapola os instrumentos previstos em lei para responder a tal oposição enfrentada pelo Estado, onde temos um esgotamento dos Órgãos de Segurança Pública (OSP). Neste caso (insurgência), o nível estratégico basicamente acompanha o delineamento político sem maiores interferências.

Assim, este uso dos militares, fora de seu emprego tradicional, que dão conta da garantia da defesa da pátria contra inimigos externos (outros atores estatais), deverá estar atento aos perigos internos, como em vários exemplos de insurgência na história⁸³ e que serviram de base para as análises de Galula, mantendo a serventia para os casos de ameaça à Segurança Pública, principalmente aquelas oriundas do combate aos ilícitos quando estes alcançam determinado grau de violência.

⁸² "É uma expressão usada para se referir ao potencial bélico de uma arma ou um conjunto delas; quanta destruição elas podem causar" (PODER. In: Dicionário inFormal, 2018).

⁸³ Alguns exemplos de guerras irregulares que serviram de base para os estudos de David Galula incluem situações de insurgência no Norte da África, China, Grécia, Indochina e Argélia (GALULA, 1964).

Em ambos os casos apresentados, a ação das tropas militares, em relação ao uso coercitivo da força, mesmo quando da presença de forças policiais, justifica-se por sua capacidade mais apropriada para enfrentar as táticas e técnicas usadas nos combates irregulares, como a guerrilha, por exemplo (ESCOTO, 2016).

Observa-se, também, uma sobrecarga no esforço desempenhado pelas Forças Armadas no caminho traçado para a solução dos problemas estudados, inclusive nas investidas de caráter social e de infraestrutura, os quais, em tese, deveriam estar nas mãos de outros representantes do Governo. Assim, conforme já observado na Operação São Francisco, vemos revelada a interoperabilidade e a interagência como grandes desafios e metas a serem perseguidas, onde entendemos que estas ações deveriam ser compartilhadas de forma balanceada entre os atores governamentais responsáveis por determinadas funções do Estado (ESCOTO, 2016).

Esta tendência de repassar muitos encargos estatais para o escalão militar, principalmente aqueles de caráter construtivo⁸⁴, obriga os militares a fazerem uma adequação de seu pessoal e material com versatilidade suficiente para lidar com o combate e o desempenho de outras tarefas⁸⁵.

Desta forma, o uso do Poder Militar dentro da teoria aplicada às insurgências e na execução da Operação São Francisco observam, de forma similar, um efetivo que buscam atender as demandas provenientes do tamanho da localidade afetada pelos problemas mencionados anteriormente, embora possam se distanciar dos parâmetros utilizados, já que

⁸⁴ Conceito utilizado pelo Comandante da FPac, Gen Bda (EB) Roberto Escoto, para se referir às ações que visam ao desenvolvimento de "um ambiente favorável à retomada do controle do Estado sobre a área de pacificação" (ESCOTO, 2016, p. 6).

⁸⁵ Podemos citar as ações sociais realizadas no Complexo da Maré que somaram "aproximadamente 24 mil atendimentos" (CAMPOS, 2015, p. 17).

Galula tem sua referência em relação ao número de insurgentes⁸⁶, enquanto na FPac observou-se um efetivo pautado no número de habitantes⁸⁷.

4.6 A interação do nível político

Com a instauração de uma das duas situações no território nacional, podemos perceber a visualização das Forças Armadas como último recurso para uma resposta mais efetiva contra a progressão destes processos, revestindo de grande peso as ações militares, o que tende a ofuscar a participação política e de seus demais representantes, a partir do ponto que este nível de decisão opta por acionar os militares.

Entretanto, dependendo do caso, os quesitos ligados à motivação para resolver o problema, bem como a percepção da ameaça alteram o ímpeto da vontade política em solucionar a crise existente. Na Operação São Francisco tínhamos como objetivo dar uma resposta à sociedade diante da crise na Segurança Pública, em meio aos grandes eventos⁸⁸ sediados no Rio de Janeiro, tendo uma configuração específica com legislação e orçamento bem marcados, onde o foco estaria em controlar o nível da violência e, não, em resolvê-la (SILVA, 2017).

Em uma insurgência, diferentemente de uma operação de GLO, o próprio Governo está ameaçado pelo desejo dos insurgentes de substituí-lo, onde segundo Galula, a ação militar seria levada até a concretização da neutralização completa do movimento insurgente. Neste caso, a motivação por parte do nível político seria muito maior, já que a sua existência e permanência no poder é a principal questão envolvida, o que induz à sua grande interação orientada para neutralização completa do movimento insurgente.

⁸⁶ Na teoria de Galula, temos a orientação de "10 a 20 militares para cada insurgente", observando, também, a dimensão da região onde serão observadas as operações militares (GALULA, 1964).

⁸⁷ Na Operação São Francisco, a FPac observou "uma média de 18 militares para cada 1.000 habitantes" que atendeu toda área do Complexo da Maré (ESCOTO, 2016, p. 9).

⁸⁸ A Copa do Mundo de Futebol de 2014 e, em um segundo momento, os Jogos Olímpicos de 2016 (SILVA, 2017).

4.7 Conclusões parciais

A raiz dos problemas estudados encontra-se dentro das deficiências do próprio Estado com aspectos que envolvem um maior ou menor alcance em termos de território, podendo ser apenas em comunidades carentes e buscando a permanência do comércio de ilícitos, no caso dos APOP, ou objetivando toda a extensão nacional, tendo como destino a assunção da liderança do Estado (política), na situação da insurgência.

Tais entendimentos da abrangência dos problemas nos permitem traçar um perfil dos oponentes enfrentados em cada uma dessas situações estudadas, onde de um lado encontramos os APOP com característica de criminosos comuns e, de outro lado, os insurgentes que auferem um ideal à sua luta, o que insinua um enfrentamento mais intenso, com a predisposição do sacrifício da própria vida.

A confrontação da teoria que delimita a insurgência em relação às experiências colhidas nas operações de GLO, particularmente na Operação São Francisco, dá conta de diversos aspectos que mostram a plena aplicação dos ensinamentos trazidos por David Galula no âmbito das Forças Armadas para o combate aos ilícitos nas comunidades, mesclando ações de combate e ações que não façam o uso da força.

Com isso, a forma como a tropa militar foi empregada na Comunidade da Maré apresenta resultados muito satisfatórios, diante dos combates oferecidos pelos oponentes enfrentados que aplicam, em sua maioria, as técnicas e procedimentos de guerrilha urbana, os quais dificilmente seriam acompanhados pelos demais OSP.

Na Operação São Francisco, contudo, o emprego do Poder Militar ficou exposto diante de várias nuances legislativas, onde, por exemplo, a definição do fator tempo mina as intenções de apoio da população, além dos restritos apoios oferecidos pelo nível político que impede uma ação mais focalizada nas origens do problema e na sua solução completa.

Esta resolução incompleta do problema, por ocasião da saída dos militares da Operação de GLO, pode trazer sérias consequências ao enfraquecer a imagem das Forças Armadas perante os brasileiros, incluindo várias falácias e acusações e, de forma mais grave, contribuindo para o fortalecimento dos APOP, já que estes enfrentam o poderio militar e se adaptam a tal realidade, quando posteriormente, com o término da operação, voltam a enfrentar os mesmos OSP que eram insuficientes para combatê-los.

No que tange às preocupações afetas ao mais alto nível de decisão, é possível perceber um envolvimento tênue na crise em vigor, apresentando uma marcante separação entre os objetivos finais a serem obtidos pela operação de GLO estudada e em uma insurgência, segundo a teoria de Galula, já que em cada uma das situações o risco ao decisor (nível político) e a sua conservação no poder é, também, muito variável, com maior grau de envolvimento na insurgência e menor grau na GLO.

Assim, vemos uma grande aderência da teoria de David Galula dentro da Operação São Francisco, conforme o quadro comparativo exibido no Anexo M, principalmente, no âmbito militar, quando tratamos dos níveis tático e operacional, enquanto na medida em que caminhamos para os níveis estratégico e político percebemos uma separação nítida no comprometimento dentro do limite aceitável para resolver a crise, onde o nível estratégico, basicamente, repassa um apoio limitado e condicionado à pequena iniciativa política. Assim, inferimos a ideia de libertação total no caso da insurgência e a ideia de abrandamento no caso da Operação de GLO, sendo percebida apenas uma participação política singela e modesta no caso do Complexo da Maré.

No próximo capítulo, concluiremos o estudo realizado com a reunião dos pontos analisados ao longo das partes anteriores, comentando as variações encontradas e suas relevâncias para a identificação do grau de aderência da Operação São Francisco em face da teoria estudada com base nas experiências de nossas forças militares.

5 CONCLUSÃO

O estudo verificou, de forma analítica, a comparação das atividades desenvolvidas na Operação São Francisco em relação à respeitada teoria sobre a insurgência e a contrainsurgência do Coronel francês David Galula, sendo possível traçar similaridades e singularidades, bem como perceber o nível de congruência dos ensinamentos comuns que poderão permitir uma aplicação militar fundamentada e experimentada destes conhecimentos em conjunturas de igual dimensão ou similar.

No segundo capítulo, ao debruçarmos sobre os pensamentos expressos por Galula, vemos que o desenvolvimento de uma insurgência representa uma ameaça à permanência do Governo vigente, enfrentando um oponente motivado por uma causa e realizando ações que fogem ao combate tradicional visualizado para as forças policiais e, muitas vezes, até para as forças militares, onde certos pontos, como o uso do terreno e as atividades de inteligência, exigem uma adaptação da doutrina para esta realidade, incluindo outras capacidades fora do âmbito do combate, como, por exemplo, as ações sociais. Neste embate, a população ganha uma importância indeclinável nas articulações para a conquista de seu apoio e de uma vantagem marcante. Além disso, destaca-se a necessidade de uma postura firme do nível político ao assumir de forma decisiva sua participação para eliminação da insurgência, proporcionando uma melhor sustentação e uma maior segurança às ações militares.

No terceiro capítulo verificamos o detalhamento das atividades realizadas ao longo de dois anos pelas Forças Armadas na Comunidade da Maré, onde temos a atuação dos APOP reforçados por armamentos e equipamentos oriundos do lucrativo comércio de drogas, onde esta atividade representa o foco destes elementos para se estabelecer e manter em uma determinada região, normalmente, de precária infraestrutura. Neste ínterim, foi verificado que tais atuações, aliadas às táticas e técnicas de guerrilha, excederam as capacidades de reação dos OSP, além da efervescência do nível de violência para a referida localidade e seu entorno.

Assim, o emprego das Forças Armadas se constituiu na melhor resposta para enfrentar tais investidas não convencionais, que além das ações contra os criminosos, também, observaram ações na área social e de infraestrutura, priorizando a população local na busca de seu apoio, alcançando em certa medida um grau satisfatório, segundo os próprios moradores. Entretanto, o fluxo de decisões e participação do nível político, durante a pacificação do Complexo da Maré, foi tênue e concentrado apenas nos aspectos legislativos da atuação dos militares, orientado para o controle das atividades criminosas e, principalmente, na redução da violência, não demonstrando intenção em solucionar o problema de forma cabal.

No quarto capítulo reunimos as observações referentes aos resultados do confronto entre as partes anteriores, mostrando as distintas abrangências de ambas as situações sobre as áreas geográficas e, mais enfaticamente, nos objetivos finais, determinando características desiguais dos elementos adversos em cada um dos casos estudados. Já as ações, no Complexo da Maré, de combate e aquelas que não fizeram uso da força, alinharam-se aos preceitos de Galula, principalmente, no que tange ao uso do terreno e ao trato com os residentes, recebendo uma resposta positiva nas percepções emitidas por estes elementos locais. A análise da questão política apontou restrições no caso das Operações de GLO por força de nuances legislativas, trazendo um afastamento das definições mais incisivas, exigidas em uma insurgência, incluído a frágil interação deste nível.

Os aspectos mais relevantes nos dão conta de uma grande aderência da teoria de David Galula dentro da Operação São Francisco, principalmente nas questões orientadas para a população, no uso do terreno e na robustez da atividade de inteligência nas operações militares, que deverão possuir características versáteis, ao contemplar o combate irregular e outras atividades atinentes ao apoio à comunidade e seus moradores, permitindo visualizar muitas interseções e algumas exclusividades, conforme o quadro comparativo do Anexo M.

Desta forma, avaliando os níveis tático e operacional, da expressão militar, na Operação São Francisco, vemos que a mesma se manteve alinhada as definições de Galula, enquanto as questões políticas interferiram no formato desta operação, trazendo as particularidades existentes no caso estudado, o que, justamente, se mostra mais visivelmente ao nos dirigirmos para os níveis estratégico e político, pois a ameaça percebida pelo Estado, também, varia de uma insurgência (maior) para uma operação de GLO (menor), repercutindo diretamente na participação e na preocupação do Governo e seus setores.

A percepção mais apurada dos resultados da pesquisa infere a necessidade de uma maior articulação do escalão militar com o nível político nas situações de GLO, diante da realidade brasileira, onde se espera que tal conscientização possa alertar aos decisores sobre o uso dos militares apenas em caso de grande necessidade em função dos prováveis prejuízos da solução parcial entregue à sociedade, favorecendo, também, a criação de um canal mais próximo entre a tropa e o meio político, permitindo uma presença mais efetiva do Estado na resolução do problema, ao mesmo tempo em que desonera os militares de muitos encargos que poderiam ser partilhados entre outros atores estatais.

Os conhecimentos colhidos, embora sinalizem uma melhoria no contato dos militares com o nível político, não contemplaram o atingimento desse nível de desdobramento, servindo como indicação para pesquisas futuras sobre o estabelecimento de diretrizes para uma maior participação e interação do nível político com os demais níveis de decisão, no âmbito militar, por ocasião de uma operação de GLO.

Tal indicação, nesta possível linha de estudo, permitirá assistir de uma melhor maneira a aplicação militar nas condições de distúrbio interno (GLO) e combates irregulares, implicando, também, em uma acertada integração da Marinha do Brasil com as demais Forças Singulares na definição dos pontos que atendam aos interesses e orientações mútuas.

REFERÊNCIAS

ABAGNNANO, N. Ideologia. **Dicionário de Filosofia**. 5ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007. 1232 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 2-5- Manual de Operações contra Forças Irregulares dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020a. 70 p.

_____. Comando de Operações Terrestres. **Caderno de Instrução CI 7-5/2 Pelotão de Fuzileiros no Combate em Área Edificada**. Brasília-DF, 2017. 60 p.

_____. Ministério da Defesa. **Manual da Garantia da Lei e da Ordem**. 2ª Ed. Brasília-DF, 2014. 66 p.

_____. Ministério da Defesa. **MD-30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas - Vol. I**. 2ª. Ed. Brasília-DF, 2020b. 241 p.

_____. Ministério da Defesa. **MD-30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas - Vol. II**. 2ª. Ed. Brasília-DF, 2020c. 396 p.

_____. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. Ed. Brasília-DF, 2015. 288p.

_____. Ministério da Defesa. **Relatório de efetivos e custos de GLO (2010-2021)**. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Fundamentos para repressão ao Narcotráfico e ao Crime Organizado**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga - SENAD. Brasília, DF, 2021b.

_____. Lei nº 12.850, de 2 ago. 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acessado em: 20 jun. 2021.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 jun. 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97compilado.htm>. Acessado em: 20 jun. 2021.

BRASILEIROS veem Forças Armadas como instituição mais confiável. DataFolha (Pesquisa). São Paulo, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>>. Acesso: 20 jun. 2021.

CAMPOS, Marcelo de Barros. **Força de Pacificação: Operação São Francisco.** *Military Review*. Rio de Janeiro, 2016, p. 12-18.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra.** 3. Ed. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes, 2010. 1040 p.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Convenções de Genebra de 1949.** Genebra, 1992.

DE LIMA, Carlos Alberto. **Os 583 dias da pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão.** 1ª Ed. Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política.** São Paulo. 2ª Ed. Atlas. 2013. 313 p.

DÓRIA, Alexandre J. G. **Operações de garantia da lei e da ordem realizadas no Estado do Rio de Janeiro: Lições aprendidas e modelos de emprego das Forças Armadas.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 2019. v. 106, n. 839, p. 96-112. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/3340>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DOWDNEY, Luke. **Crianças combatentes em violência armada organizada: um estudo de crianças e adolescentes envolvidos nas disputas territoriais das facções de drogas no Rio de Janeiro.** Brasil: Viva Rio. Rio de Janeiro, 2003.

ESCOTO, Roberto. **Guerra Irregular: A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro na Pacificação de Favelas do Rio de Janeiro.** *Military Review*. Rio de Janeiro, 2016, p. 3-14.

ESTRATAGEMA. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estratagama>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FAVELA. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/favela/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FERNANDES, Marcos Reis. **O Exército Brasileiro na atuação contra Agentes Perturbadores Da Ordem Pública (APOP) nas Operações de Pacificação das Comunidades do Rio de Janeiro.** Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Rio de Janeiro, 2019.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas.** 8ª Ed. Belo Horizonte: UFMG. Minas Gerais, 2007. 255 p.

GALULA, David. **Counter-Insurgency Warfare. Theory and Practice.** Nova Iorque: Frederick Praeger, 1964. 143 p.

HOMEM, Henrique de Castro P. **Operação São Francisco: Análise do emprego do GptOpFuzNav em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)**. O Anfíbio, Rio de Janeiro, 2015. v.33, p. 55-65.

IN LOCO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/in-loco/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

KOPEZYNSKI, Renato Luis Garcez. **Regras de Engajamento**. Rio de Janeiro: EGN, Mod.1, p.8, 2010. Nota de Aula.

LAMPE, K. von. *A systematic overview of definitions of organized crime*. In: **LAMPE, K. von. Organized crime: analyzing illegal activities, criminal structures, and extra-legal governance**. Thousand Oaks: Sage, 2015. p. 27-30. Disponível em: <<http://www.organized-crime.de/OCDefinitionsReview.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LINK. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/link/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MAGALHÃES, Lana. **Seleção Natural**. TodaMatéria (site). Conteúdos Escolares, 2021. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/selecao-natural/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

NASCIMENTO, C. **Complexo da Maré terá um militar para cada 55 moradores**. O Dia. Rio de Janeiro, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-25/complexo-da-mare-tera-um-militar-para-cada-55-moradores.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OPERAÇÃO policial no complexo da Maré já tem oito mortos. Hoje em Dia (matéria). Rio de Janeiro, 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/operacao-policial-no-complexo-da-mare-ja-tem-oito-mortos-1.164212>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PENNAFORT, Roberta. **Moradores reclamam de excessos de militares**. Estadão. São Paulo, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,moradores-denunciam-excessos-de-militares,70002216750>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PINTO, José Carlos. **Direito Internacional Humanitário**. Rio de Janeiro: EGN, 2021. Slides 59-70. Nota de aula.

PILAR, Ricardo Henrique Santos. **Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - Maré I**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, 2014. n. 45, p. 45-49.

PODER de fogo. In: Dicionário InFormal. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/poder+de+fogo/31765/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

REDE MARÉ. **Censo dos Moradores da Maré**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

RIBEIRO, Paulo Sérgio. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **A atuação das Forças Armadas na garantia da Lei e da Ordem (GLO)**. Apresentação do Cel R/1 Paulo Ribeiro, Adjunto da Seção de Operações Complementares/MD. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/ptbr/search?SearchableText=aa_atuacao_dasa_forcasa_armadasa_nasa_operacoesa_dea_garantiaa_daa_leia_ea_daa_ordem-glo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Anderson Xavier. **O Combate às Facções Criminosas Cariocas sob os Princípios de David Galula**. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Eliana Sousa. **A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré**. Rio de Janeiro. Redes da Maré, 2017. 120 p.

SOUZA, Cesar Augusto Nardi. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **A atuação das Forças Armadas na garantia da Lei e da Ordem (GLO)**. Apresentação do Gen Ex Nardi, Chefe de Operações Conjuntas/MD. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/ptbr/search?SearchableText=+uma+analise+critica+da+atuacao+das+ffaa+na+glo>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOUZA, Renata da Silva. **Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré**. Rumores. Rio de Janeiro, 2015. n. 18, v.9, p. 169-183.

STOODI Ensino e Treinamento a distância S.A (Blog). **Milícia: o que é e como funciona no Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/milicia-o-que-e/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ANEXO A

QUANTIDADE DE GLO AUTORIZADAS POR ANO (1992-2017)

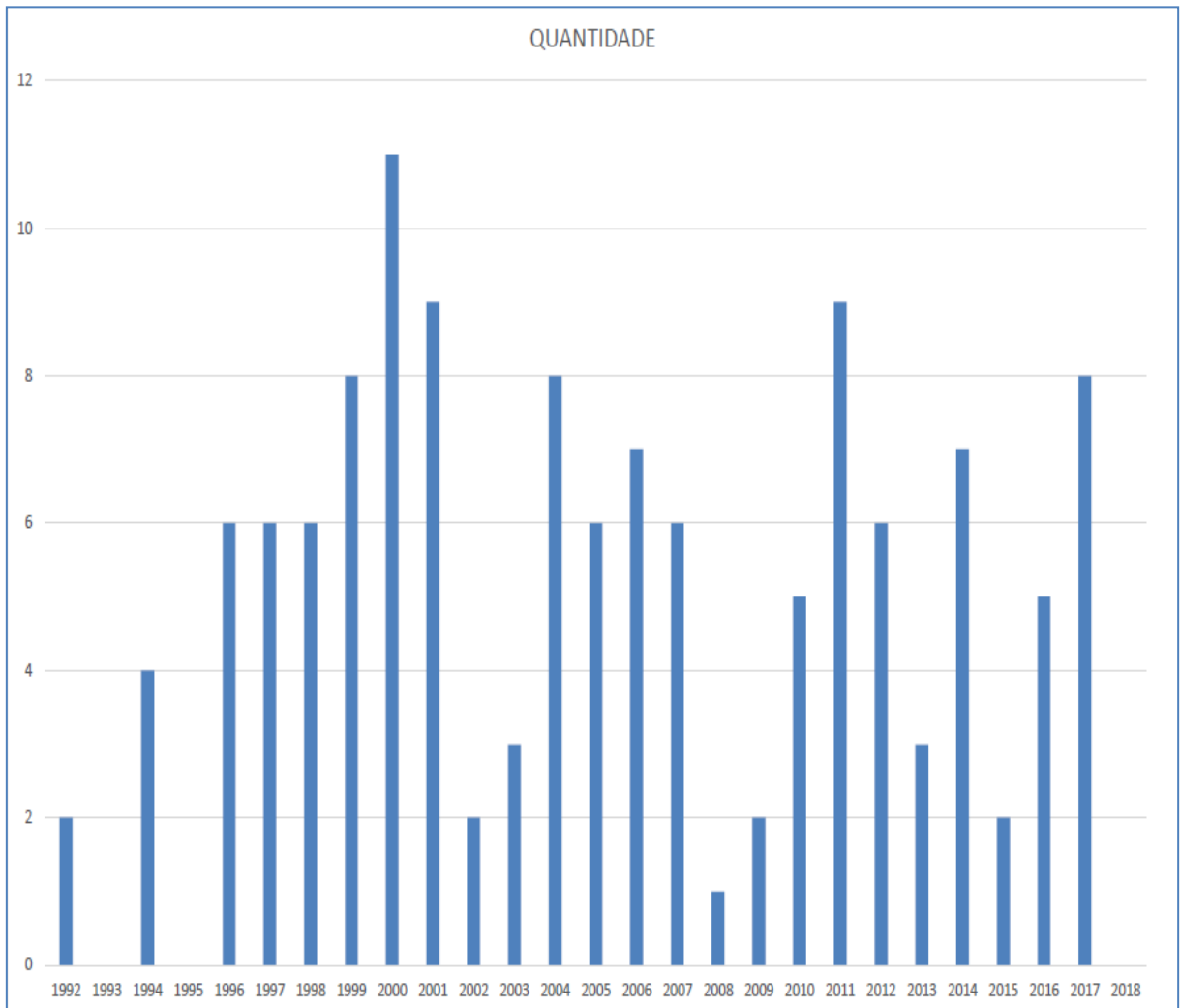


GRÁFICO 1 - Quantidade de GLO autorizadas por ano (1992-2017).
Fonte: RIBEIRO, 2021, slide 76.

ANEXO B

O COMPLEXO DA MARÉ

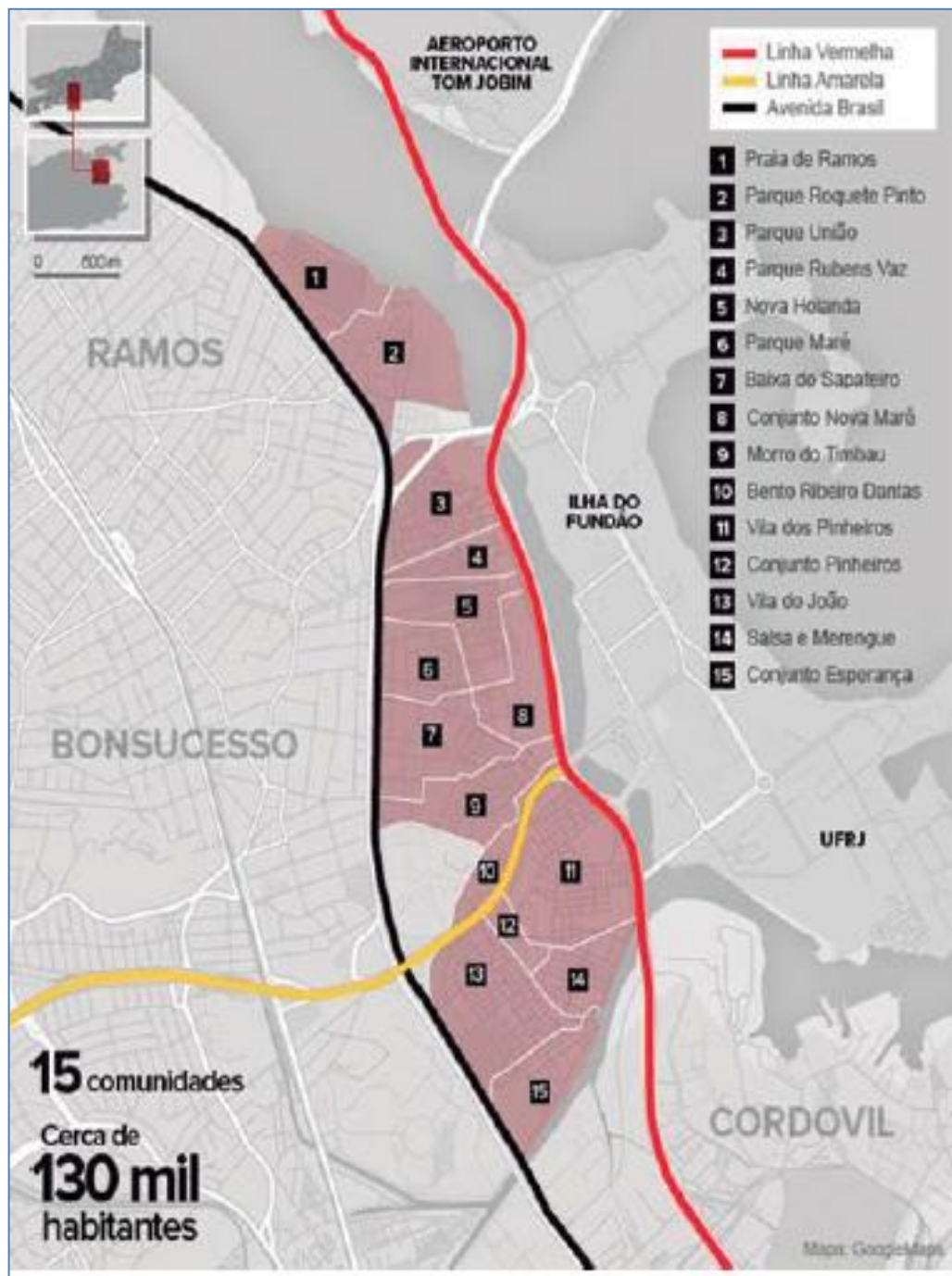


FIGURA 1 - As Comunidades do Complexo da Maré.
Fonte: HOMEM, 2015, p. 58.

ANEXO C

DIVISÃO GEOGRÁFICA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO COMPLEXO DA MARÉ

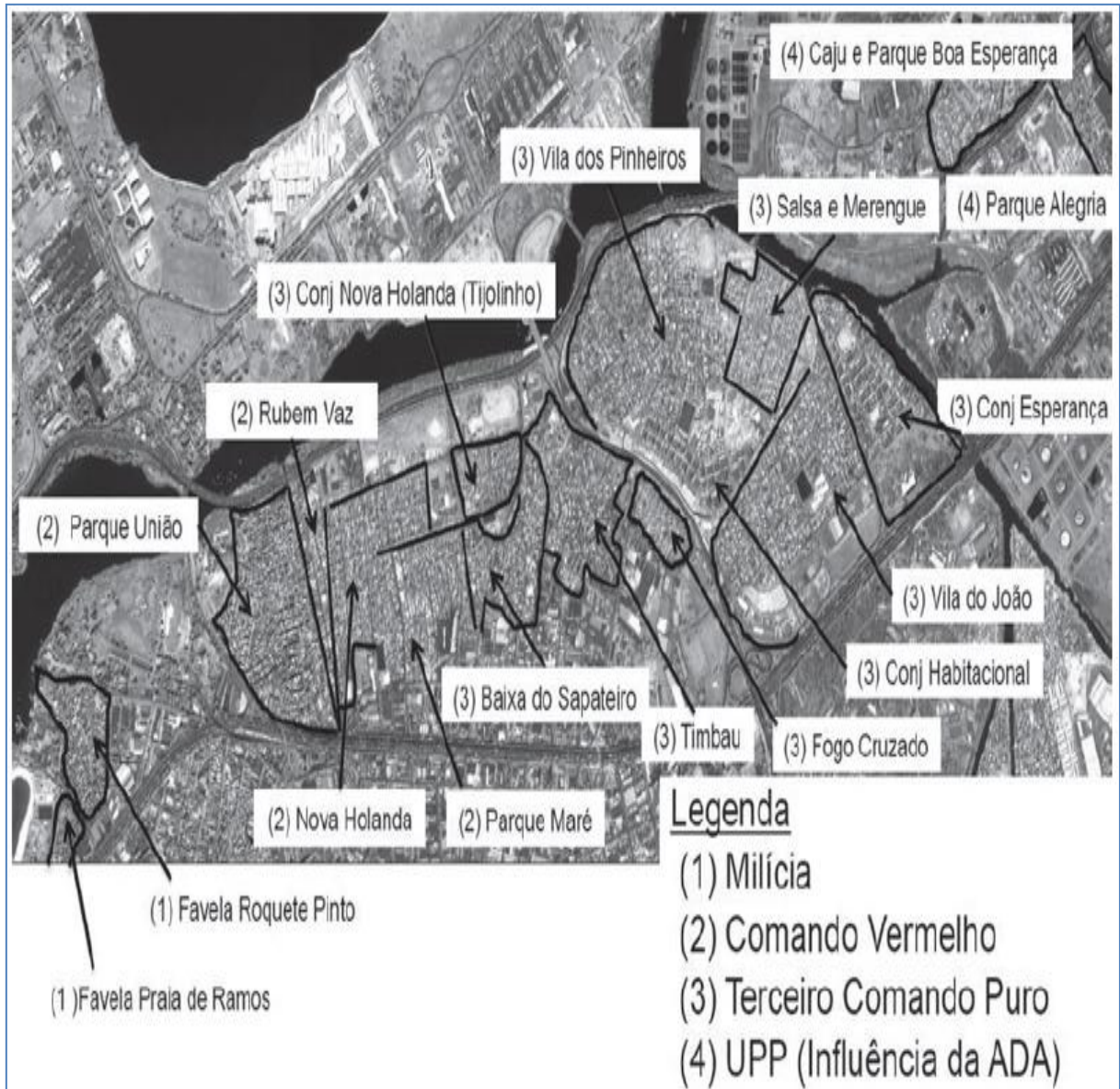


FIGURA 2 - Divisão Geográfica das Facções Criminosas no Complexo da Maré.
 Fonte: DÓRIA, 2019, p. 98.

ANEXO D

AS FACÇÕES CRIMINOSAS ATUANTES NO COMPLEXO DA MARÉ

Serão apresentadas algumas informações sobre as origens e desenvolvimento das facções criminosas que atuam no Complexo da Maré, excetuando-se a milícia que não será abordada em virtude de seu caráter peculiar e divergente em relação às atividades criminosas e que vem sofrendo mutações ao longo do tempo.

a) COMANDO VERMELHO (CV)

A principal facção carioca é denominada Comando Vermelho (CV), sendo inicialmente denominada Falange Vermelha, pela própria comunidade carcerária do Estado do Rio de Janeiro. Especula-se, quanto à origem do CV, como o resultado da reunião de presos políticos com presos comuns no presídio da Ilha Grande, entre 1969 e 1975.

Naquela ocasião, os internos da Galeria B, presos comuns e revolucionários, passaram a partilhar experiências, desta maneira os presos comuns adquiriram o procedimento das guerrilhas revolucionárias.

A partir desse contato, os presos se organizaram contra as autoridades carcerárias, o que se tornou um dos pilares do sucesso desta organização, junto com uma política de proibição de ataques, roubos, violência física e sexual entre presos.

A organização do Comando Vermelho se baseia na intensificação do comércio de drogas no Rio, através de uma rede de pontos de venda, quadrilhas com base territorial, organizadas paramilitarmente, em áreas pobres (comunidades) e no papel dos traficantes como força sócio-política localmente reconhecida, responsável pela manutenção da ordem social no interior da comunidade.

b) TERCEIRO COMANDO PURO (TCP)

O TCP tem sua base no próprio Complexo de Comunidades da Maré. Surgiu no ano de 2002, a partir de uma dissidência do extinto Terceiro Comando (TC).

Apesar de ter surgido de maneira local, emergiu como uma grande facção criminosa em setembro de 2002, após a revolta liderada por Luiz Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira-Mar, membro do CV, no presídio de Bangu.

Nesta ação, o CV rompeu a aliança com a facção Amigo dos amigos (ADA), e dissolveu o Terceiro Comando com o assassinato de seus principais líderes, o que levou seus integrantes a migrarem para a ADA, ou para o TCP. Os membros do TCP adotam organização, técnicas e táticas semelhantes ao CV.

c) AMIGO DOS AMIGOS (ADA)

O ADA foi organizada a partir do interior das dependências prisionais cariocas na década de 1990. Inicialmente, aliou-se ao extinto Terceiro Comando com o objetivo de contrapor-se à recente hegemonia do CV no cenário carioca. Posteriormente, seus integrantes eram recrutados entre ex-integrantes das tropas especiais do Exército, dos Fuzileiros Navais, assim como ex-policiais expulsos das corporações e traficantes. Sua estrutura organizacional é semelhante à estrutura organizacional utilizada pelo Comando Vermelho.

Fonte: SILVA, 2018, p. 38-39.

ANEXO E

DEPOIMENTO DE MORADORA DO COMPLEXO DA MARÉ EM RELAÇÃO ÀS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS APOP

O episódio relatado a seguir, por M. Oliveira, moradora da comunidade Nova Holanda, pode ilustrar a profundidade do problema enfrentado no Complexo da Maré:

"Eu vivia há oito anos com meu marido e tivemos uma filha. Com o tempo, o meu marido foi mudando e começou a chegar em casa bêbado, gastava uma parte do salário que recebia em farras, até eu descobrir que ele vivia saindo com outras mulheres. Eu cheguei a ir atrás dele em alguns bares aqui de Nova Holanda. Um dia, eu me cansei e disse pra ele ir embora e me deixar; ele veio pra cima de mim, querendo me agredir. Como isso se repetiu outras vezes, resolvi procurar o chefe do tráfico, aqui, que, na época, era o Jorge Negão. Chamei uma amiga para ir junto comigo falar com ele. Ele recebeu a gente numa laje da casa de um parente dele e eu expliquei o que estava acontecendo. Ele me perguntou o que eu queria, se era o caso de mandar ele embora ou de dar um susto nele. Respondi que queria que ele fosse embora. Ele não queria ir embora, porque tinha comprado o barraco que nós morava e eu dizia que ele não podia me deixar na rua com uma filha. O chefe do tráfico, então, falou que eu podia ir para a casa que ele iria resolver. Saí dali e fui na casa do meu pai. Fiquei com um pouco de medo, pois não sabia o que iriam fazer. Quando voltei pra casa, meu marido já tinha ido lá, pego as roupas dele e ido embora. Nunca mais vi ele na comunidade. Eu soube que o "Jorge Negão" tinha mandado um dos meninos que trabalhava com ele falar com meu marido que ele ia ter que deixar a casa".

O fato demonstra como a justiça feita pelos grupos criminosos pode ser rápida, se pensarmos nesses casos contextualizados. O problema central é que os moradores das favelas e periferias não têm, em geral, meios de recorrer ao Sistema Judiciário para lidarem com conflitos que estão no seu âmbito.

Fonte: SILVA, 2017, p. 56-57.

ANEXO F

RESULTADO DE PESQUISA REALIZADA COM MILITARES PARTICIPANTES DA OPERAÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ

Questionário realizado com 50 (cinquenta) Oficiais Intermediários e subalternos do Exército Brasileiro que exerceram a função de comando de Pelotão de Fuzileiros (Pel Fuz) ou Companhia de Fuzileiros (Cia Fuz) na Operação São Francisco. O estudo foi limitado particularmente aos Oficiais da Arma de Infantaria, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, devido à sua formação mais completa e especialização para o comando das pequenas frações neste tipo de operação.

TABELA 1

Opinião sobre o uso de técnicas e táticas de Forças Irregulares contra os militares.

Os APOP fazem o uso de técnicas e táticas de Forças Irregulares?	QUANTIDADE
SIM	44
NÃO	06
TOTAL	50

Fonte: FERNANDES, 2019, p. 09.

Os principais tipos de ações realizados pelos APOP foram:

- i. Utilização de Abrigos Fortificados e Postos de Observação;
- ii. Disparos isolados de arma de fogo para retardar a progressão da tropa;
- iii. Técnicas de emboscada;
- iv. Utilização de túneis e escudos humanos;
- v. Salto de frequência na utilização dos meios de comunicação.

TABELA 2

Opinião sobre a preparação da tropa para enfrentar as técnicas e táticas de Forças Irregulares contra os militares.

A tropa teve uma preparação apropriada para os combates com os APOP?	QUANTIDADE
SIM	23
NÃO	27
TOTAL	50

Fonte: FERNANDES, 2019, p. 11.

As principais instruções julgadas necessárias para as tropas em preparação à realidade da Operação São Francisco são:

- i. Comunicações Sigilosas;
- ii. Características de Forças Irregulares;
- iii. Tiro Prático e com utilização de Equipamentos de Visão Noturna;
- iv. Os menores escalões como vetores de inteligência;
- v. Tiro de Ação Reflexo;
- vi. Emprego de Caçadores Militares;
- vii. Trato e conquista do apoio da população;
- viii. Coleta de dados e confecção de relatórios;
- ix. Emprego adequado das Técnicas de Ação Imediata para este tipo de enfrentamento;
- x. Limites e possibilidades legais.

Fonte: FERNANDES, 2019, p. 09-11.

ANEXO G
EXTENSÃO DO MERCADO DE DROGAS INTERNACIONAL

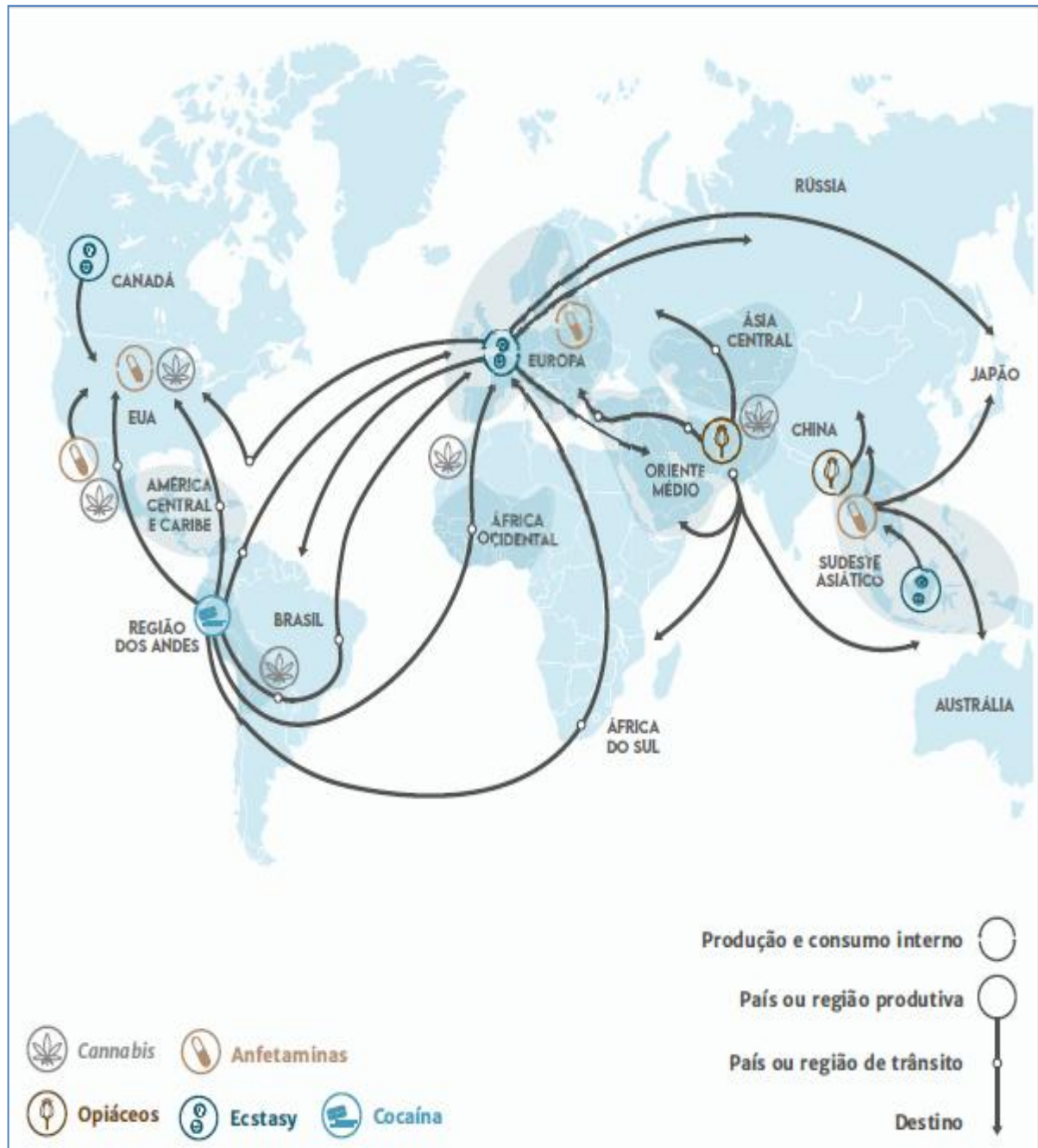


FIGURA 3 - Esboço geral da rede internacional de drogas.
Fonte: BRASIL, 2021b, p. 26.

ANEXO H

COMPILAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE ENTREVISTA REALIZADA COM MORADORES DO COMPLEXO DA MARÉ

TABELA 3

População com idade entre 18 e 69 anos e números de entrevistados por área de coleta e comunidade de residência, segundo o sexo.

	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS
BAIRRO MARÉ	89.661	1.000	45.857	511	43.804	489
ÁREA 1	36.720	291	18.657	147	18.063	144
PARQUE UNIÃO	14.474	111	7.374	55	7.100	56
NOVA HOLANDA	8.936	86	4.629	45	4.307	41
PARQUE MARÉ	8.782	56	4.515	28	4.267	28
PARQUE RUBENS VAZ	4.528	38	2.139	19	2.389	19
ÁREA 2	45.499	421	23.355	216	22.144	205
VILA DOS PINHEIROS	10.326	51	5.277	29	5.049	22
VILA DO JOÃO	9.069	63	4.608	30	4.461	33
BAIXA DO SAPATEIRO	6.362	50	3.239	24	3.123	26
MORRO DO TIMBAU	4.501	48	2.340	25	2.161	23
SALSA E MERENGUE	4.370	42	2.241	21	2.129	21
CONJUNTO ESPERANÇA	3.862	34	1.928	17	1.934	17
CONJUNTO PINHEIROS	2.849	19	1.524	12	1.324	7
BENTO RIBEIRO DANTAS	2.882	73	1.214	33	1.068	40
NOVA MARÉ	1.879	41	985	25	894	16
ÁREA 3	7.443	288	3.845	148	3.598	140
ROQUETE PINTO	5.319	191	2.719	99	2.601	92
PRAIA DE RAMOS	2.124	97	1.127	49	997	48

Fonte: Redes Maré (Censo Maré 2013); SILVA, 2017, p.40.

TABELA 4

População entrevistada que já foi a alguma delegacia para registrar algum delito a qual tenha sido vítima no Complexo da Maré.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
NÃO	93,9%	96,4%	91,6%	95,2%
SIM	6,1%	3,6%	8,4%	4,8%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 55.

TABELA 5
População entrevistada em relação à frequência da sensação de insegurança antes da FPac.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
NUNCA	41,6%	31,6%	49,7%	42,0%
RARAMENTE	13,6%	13,2%	13,3%	17,0%
ÀS VEZES	27,3%	36,0%	20,5%	24,1%
FREQUENTEMENTE	9,3%	9,2%	9,0%	11,2%
SEMPRE	8,4%	9,9%	7,5%	5,6%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 59.

TABELA 6
População entrevistada em relação à sensação de segurança, com a entrada da FPac no Complexo da Maré.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
MELHOROU MUITO	8,4%	10,3%	4,8%	20,4%
MELHOROU POUCO	22,5%	33,4%	12,6%	28,7%
MELHOROU NADA	46,8%	45,7%	47,3%	49,0%
PIOROU POUCO	7,7%	5,7%	10,4%	0,7%
PIOROU MUITO	14,7%	4,9%	24,8%	1,2%
NÃO RESPONDEU	0,0	-	0,1	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p.68.

TABELA 7
População entrevistada que, nos últimos três anos antes da pacificação, tenha sido vítima de algum tipo de violação de direito por parte da polícia dentro do Complexo da Maré (Ex. entrada em domicílio sem autorização, dano corporal, entre outros).

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
NÃO	77,9%	73,0%	79,6%	92,3%
SIM	22,1%	27,0%	20,4%	7,7%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 62.

TABELA 8
População entrevistada que, durante a pacificação, tenha sido vítima de algum tipo de violação de direito por parte dos militares, dentro do Complexo da Maré (Ex. entrada em domicílio sem autorização, dano corporal, entre outros).

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
NÃO	91,0%	94,3%	87,5%	96,1%
SIM	9,0%	5,7%	12,5%	3,9%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p.75.

TABELA 9

População entrevistada que já passou por uma das experiências descritas envolvendo militares da FPac no Complexo da Maré.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
NENHUMA DESSAS SITUAÇÕES	49,1%	61,0%	34,5%	79,7%
REVISTA PESSOAL	34,0%	30,5%	40,2%	13,4%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	7,0%	36,6%	2,2%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	5,7%	12,1%	2,6%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	3,6%	7,0%	2,3%
DETENÇÃO	1,1%	0,3%	1,9%	0,3%
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	0,4%	0,9%	1,9%
NÃO RESPONDEU	0,9%	0,4%	0,9%	1,9%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 72.

TABELA 10

População entrevistada sobre a avaliação da atuação dos militares da FPac no Complexo da Maré.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
ÓTIMA	4,0%	4,8%	2,4%	9,2%
BOA	19,9%	23,9%	11,1%	53,7%
REGULAR	49,5%	54,4%	49,1%	28,0%
RUIM	11,9%	9,8%	14,9%	4,3%
PÉSSIMA	13,9%	7,1%	21,1%	3,5%
NÃO RESPONDEU	0,9%	-	1,5%	1,2%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 78.

TABELA 11

População entrevistada sobre a importância e necessidade de continuação da atuação dos militares da FPac no Complexo da Maré.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
CONCORDO TOTALMENTE	40,7%	50,8%	29,3%	61,3%
CONCORDO EM PARTE	17,8%	20,0%	16,0%	17,4%
DEPENDE DA SITUAÇÃO	13,2%	13,2%	13,8%	9,9%
DISCORDO EM PARTE	4,9%	3,1%	6,4%	4,1%
DISCORDO TOTALMENTE	22,5%	12,9%	32,8%	6,6%
NÃO RESPONDEU	0,9%	-	1,7%	0,7%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 93.

TABELA 12

População entrevistada sobre a utilização de todos os meios para enfrentar o tráfico de drogas por parte dos militares da FPac no Complexo da Maré, mesmo que os moradores estejam sujeitos a riscos.

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N=89.661	n= 291 N=36.720	n= 421 N=45.299	n= 288 N=7.443
CONCORDO TOTALMENTE	11,6%	13,9%	9,5%	14,0%
CONCORDO EM PARTE	7,9%	9,6%	6,6%	8,0%
DEPENDE DA SITUAÇÃO	5,1%	4,2%	5,1%	9,7%
DISCORDO EM PARTE	6,6%	7,3%	5,7%	8,8%
DISCORDO TOTALMENTE	66,6%	65,1%	69,3%	58,1%
NÃO RESPONDEU	2,1%	-	3,8%	1,4%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SILVA, 2017, p. 92.

ANEXO I

ORGANOGRAMA DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO

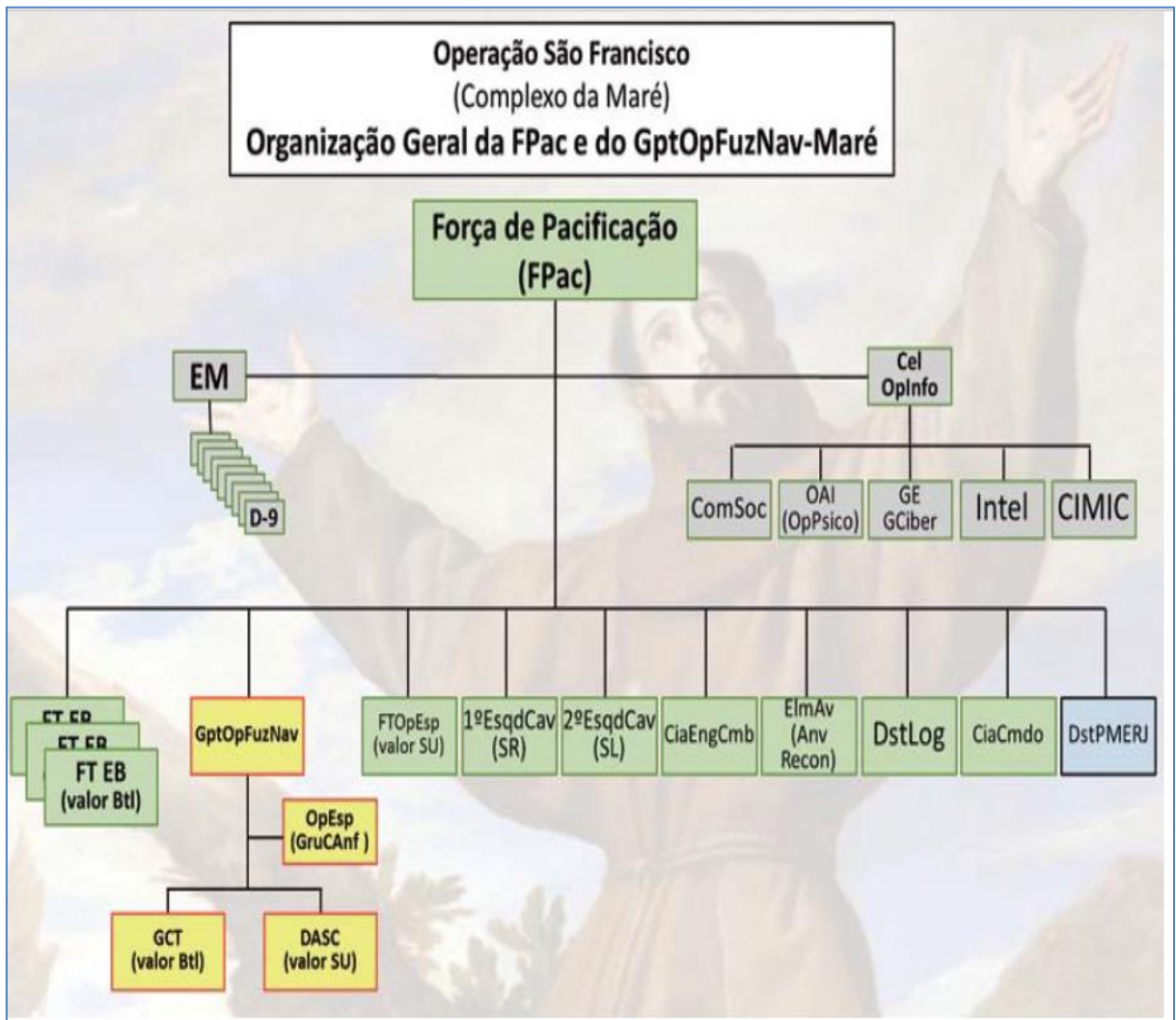


FIGURA 4 - Organização Geral da FPac e do GptOpFuzNav-Maré.
 Fonte: HOMEM, 2015, p. 60.

ANEXO J

DIVISÃO DA ÁREA DE OPERAÇÕES DO COMPLEXO DA MARÉ

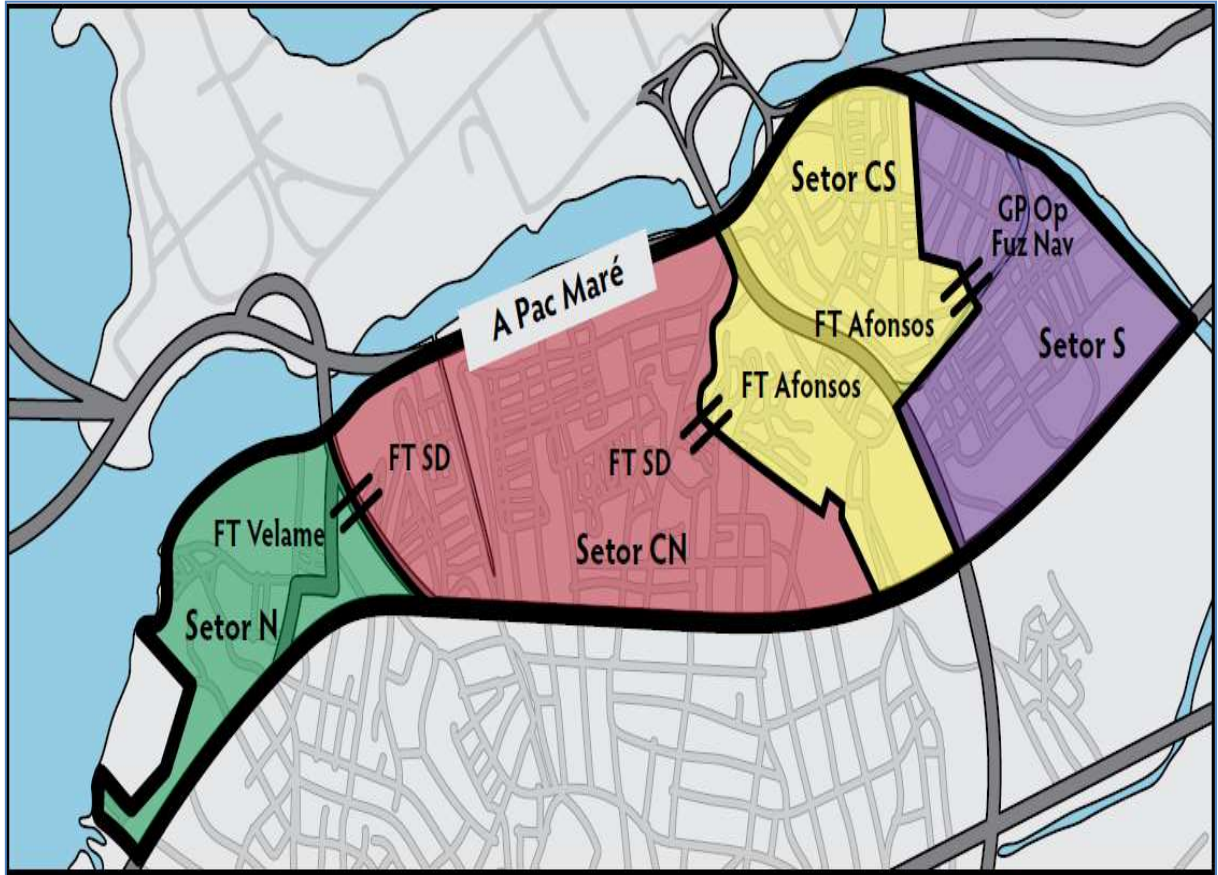


FIGURA 5 - Áreas de Responsabilidade Tática das FT e do GptOpFuzNav no Complexo da Maré.
Fonte: ESCOTO, 2016, p. 5.

ANEXO K

AÇÕES DA FPAC NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

Entre as principais ações desenvolvidas pela FPac e que obtiveram um relativo êxito nos resultados, temos:

a) O uso de cães farejadores para descobrir a localização de drogas e armamentos, principalmente, durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão⁸⁹.

b) O Destacamento feminino retirando os possíveis constrangimentos por ocasião de abordagem e inspeções em mulheres⁹⁰.

c) O uso de motocicletas favorecendo a mobilidade da tropa diante do terreno irregular e, muitas vezes, obstruído pelos APOP⁹¹.

d) A utilização de câmeras filmadoras do tipo "Go Pro" permitindo obter informações sobre o ambiente e manter um material pertinente para desmentir investidas caluniosas sobre a FPac, principalmente, no contexto da mídia⁹².

e) Outros aspectos ligados à tecnologia e que oferecem vantagens à tropa no combate aos APOP, trazem a capacidade de localização e interceptação com meios de Guerra Eletrônica, além do controle instantâneo dos militares no terreno para o gerenciamento do espaço de batalha⁹³.

f) Também, foram realizados 20 ações sociais que possibilitaram cerca de 24 mil atendimentos diversos⁹⁴.

FONTES:

⁸⁹ PILAR, 2014.

⁹⁰ HOMEM, 2015.

⁹¹ HOMEM, 2015.

⁹² ESCOTO, 2016.

⁹³ HOMEM, 2015.

⁹⁴ CAMPOS, 2015.

ANEXO L

RESULTADOS DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ

Desde o início da Operação São Francisco, foram realizadas 570 prisões, 224 apreensões de menores por cometimento de atos infracionais e 1.205 apreensões de drogas, armas, munições, veículos e materiais diversos⁹⁵.

Além das prisões e apreensões, uma parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro possibilitou o retorno dessa iniciativa ao Complexo da Maré. Foram 6 ações da Justiça Itinerante, realizando casamentos, registros, emissão de certidões e documentos de identificação, entre outros atos jurídicos. Essas ações, que não chegavam ao Complexo da Maré há alguns anos, levam, acima de tudo, cidadania aos moradores daquela comunidade.

Outro resultado favorável, com a presença das tropas militares é apontado pelo Instituto de Segurança Públicas (ISP)⁹⁶, explicitando uma redução da taxa anual de homicídios em quase 75% no Complexo da Maré.

Assim, com a pressão sobre o tráfico de drogas indicam uma redução do poder econômico onde os lucros mensais de R\$ 15 milhões de reais passaram à R\$ 300 mil⁹⁷, bem como, a realização da prisão de alguns APOP que detinha determinado nível na hierarquia das facções presente no Complexo.

Segundo o General de Brigada Escoto, Comandante da FPac (2014), o estado final observado, ao término da Operação São Francisco, mostra um ambiente relativamente seguro e estável, podendo afirmar que o objetivo estratégico foi atingido parcialmente.

FONTES:

⁹⁵ Noticiário do EB. Agência Verde Oliva, 06 abr. 2015. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito?p_p_id=56&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=3&_56_groupId=16541&_56_articleId=6330358>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

⁹⁶ Sítio eletrônico G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/pm-assume-ocupacao-de-favelas-da-mare-partir-desta-terca.html>>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

⁹⁷ CAMPOS, 2015.

ANEXO M

SÍNTESE DA COMPARAÇÃO ENTRE A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO E A
TEORIA DE DAVID GALULA

QUADRO 1

Comparativo entre a Operação São Francisco (2014-2015) e a Teoria de David Galula (1964).

ASPECTO ANALISADO	OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO	TEORIA DE DAVID GALULA	SIMILARIDADE
CONJUNTURA DO ESTADO	Distúrbio Interno com ameaça à Paz social. Aplicação da legislação interna (Normalidade Institucional).	Ações concretas de grupos insurgentes que em determinado ponto passam a se configurar como um Conflito Armado não Internacional.	Pouca similaridade
PERFIL DO Oponente	Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), com perfil de criminoso comum.	Insurgentes, normalmente, com motivações político-ideológicas.	Pouca similaridade
OBJETIVO DO Oponente	Manutenção do comércio de ilícitos (drogas)	Assunção do controle do Estado.	Pouca similaridade
ALCANCE GEOGRÁFICO DA CRISE	Localidades carentes, podendo se estender para outras localidades precárias.	Inicialmente, nas localidades mais carentes, buscando atingir todo o território nacional, como destino final.	Média similaridade, considerando o foco das ações dos insurgentes nas comunidades carentes
TRATO DOS MILITARES COM A POPULAÇÃO	Tem como objetivo a conquista de seu apoio.	Tem como objetivo a conquista de seu apoio.	Grande similaridade
COMBATE/ ENFRENTAMENTOS	Combate irregular (Guerrilha urbana).	Combate irregular (pode ser Guerrilha urbana ou rural).	Grande similaridade

AÇÕES MILITARES (USO DA FORÇA)	Abordagem visando ao estabelecimento da presença do Estado na região e restringir a liberdade de ação dos APOP.	Abordagem visando ao estabelecimento da presença do Estado na região e restringir a liberdade de ação dos insurgentes.	Grande similaridade
AÇÕES SEM O USO DA FORÇA	Ações na área social e de infraestrutura da localidade visando a angariar a confiança da população.	Ações na área social e de infraestrutura da localidade visando a angariar a confiança da população.	Grande similaridade
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA	Grande ênfase na população como fonte de dados.	Grande ênfase na população como fonte de dados.	Grande similaridade
TERRENO	Urbano e com grandes restrições às capacidades militares.	Urbano ou rural e com grandes restrições às capacidades militares.	Grande similaridade
TEMPO DE EMPREGO DOS MILITARES	Condicionado aos prazos impostos por Leis internas (14 meses).	Condicionada ao "expurgo" do movimento insurgente.	Pouca similaridade
OBJETIVO FINAL (NÍVEL POLÍTICO)	Restabelecimento da Paz Social. Controle da violência.	Neutralização do movimento insurgente	Pouca similaridade
ENVOLVIMENTO DO NÍVEL POLÍTICO	Singelo e voltado para aspectos legislativos (prazos, orçamentos,...).	Intensa participação (80% das ações devem ser políticas).	Pouca similaridade
SOLUÇÃO ADMITIDA PARA A CRISE	Parcial. Abrandamento da situação.	Completa. Libertação total do movimento insurgente.	Pouca similaridade

Fonte: o autor.